



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 18
Horta, Sexta-Feira, 06 de Abril de 2001

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*
Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10 horas e 25 minutos.

Período da Ordem do Dia:

Continuação do debate sobre as **Propostas de Decreto Legislativo Regional, relativas ao Plano de Médio Prazo 2001/2004, Plano e Orçamento para 2001.**

Intervieram no debate os Srs. Deputados Óscar Rocha (*PS*), Aires Reis (*PSD*), António Gomes (*PS*), Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), José San-Bento (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), José Nascimento Ávila (*PS*), Ana Paula Marques (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), João Ponte (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais do Ambiente, *Helder Silva*, da Economia, *Duarte Ponte* e Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*.

Produziram intervenções finais os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), e o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*, que encerrou o debate.

Na discussão na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Dionísio de Sousa (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*.

Submetidas à votação na generalidade, especialidade e votação final global, as Propostas de Decreto Legislativo Regional, acima referidas, foram aprovadas por maioria, com excepção do artigo 20º. do Orçamento da Região para 2001 que foi aprovado por unanimidade.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*) e José Decq Mota (*PCP*).

- Ante-Proposta de Lei – Autorização para a contracção de empréstimos externos da Região Autónoma dos Açores.

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral*, usou da palavra a Sra. Deputada Berta Cabral (*PSD*).

Submetida à votação na generalidade, especialidade e votação final global, a Ante-Proposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

- Proposta de Resolução da Mesa, declarando findo o Período Legislativo de Abril.

- Posta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos. Muito bom dia a todos e sejam bem-vindos à presumível última sessão de debate dos Planos e Orçamento.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

O Sr. Secretário da Mesa vai proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques
Andreia Martins Cardoso da Costa
António das Neves Lopes Gomes
António José Tavares de Loura
Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa
Dionísio Mendes de Sousa
Fernando Manuel Machado Menezes
Fernando Rosa Rodrigues Lopes
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha
Hernâni Hélio Jorge
João António Ferreira Ponte
José António Cabral Vieira
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José de Sousa Rego
José Humberto Medeiros Chaves
José do Nascimento de Ávila
Lizuarte Manuel Machado
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Herberto Santos da Rosa
Manuel Soares da Silveira
Nélia Maria Pacheco Amaral
Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral
Óscar Manuel Valentim da Rocha
Paulo Manuel Ávila Messias
Renato Luís Pereira Leal
Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis
António Bento Fraga Barcelos
Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
João Manuel Bettencourt Cunha
Jorge Alberto da Costa Pereira
José Francisco Salvador Fernandes
José Joaquim Ferreira Machado
José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros
Manuel da Silva Azevedo
Mark Silveira Marques
Raúl Aguiar Rego
Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira
Victor do Couto Cruz

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota
Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presente 46 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade ao debate das Propostas do PMP, Plano e Orçamento.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Rocha.

Deputado Óscar Rocha (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao discutir-se nesta Assembleia as Propostas do Plano e Orçamento para 2001 e o Plano a Médio Prazo 2001 - 2004, documentos por demais importantes no que diz respeito à gestão dos destinos da Região nos tempos mais próximos, iremos contribuir para o desenvolvimento e bem estar das nossas populações. Se a este bem-estar juntarmos SEGURANÇA poderemos depreender que estamos a falar de PROTECÇÃO CIVIL. Protecção Civil é, e disso ninguém tenha dúvidas, uma tarefa de todos para com todos e não só daqueles que arriscam as suas vidas em prol de outras vidas. Assim sendo, e, porque deste debate também irão sair as dotações orçamentais para as várias áreas de intervenção da Protecção Civil cabe-nos a nós contribuir desde logo, e acima de tudo, por sermos legítimos representantes do Povo, com o nosso melhor empenho, para que, se necessário, e esperemos que não o seja ao menos muito, a Protecção Civil esteja e seja capaz de responder e corresponder às exigências das populações, que quando dela necessitam não esperam que esta falhe principalmente em situações aflitivas como normalmente acontece quando é chamada a intervir.

): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Protecção Civil é uma tarefa de todos nós e em cada um deve começar. Mas por muito importante que seja e, é-o sem dúvida, a Protecção Civil não vive nem pode viver só de recursos humanos. Necessita e muito, de recursos materiais, instalações, equipamentos, viaturas, enfim todas as condições materiais para que pronta e eficazmente preste o serviço que lhe é pedido, exigido e acima de tudo devido.

Tendo em conta tudo isto, este Governo continuou a dotar todas as Corporações de Bombeiros da nossa Região com infraestruturas condignas e capazes de responder e fazer face a todas as situações que porventura nos possam ter acontecido, que como sabemos, nos últimos anos infelizmente foram várias, desde enchurradas, sismos, derrocadas, a acidentes bastante gravosos que assolaram a nossa Região.

A provar que tal passou efectivamente do papel à realidade temos que, na vigência do VII Governo Regional dos Açores, várias foram as infraestruturas concretizadas das quais destaco:

- Quartel de Bombeiros de Santa Cruz das Flores;
- Secção Destacada das Lajes das Flores;
- Quartel de Bombeiros das Lajes do Pico;
- Quartel de Bombeiros de Ponta Delgada;

Não sendo surpresa, obviamente para ninguém, estas e as demais infraestruturas do género na Região, tiveram de ser dotadas com mais e melhores equipamentos dos quais se destacam, pela sua extrema importância, as viaturas de combate a incêndios e as viaturas de transporte de doentes.

Para que fosse possível uma maior coordenação dos esforços de todas as Corporações de Bombeiros e do próprio S.R.P.C.B.A. foi instalada a rede de radio-comunicações de emergência, que já se encontra em pleno funcionamento, que importou na avultada quantia de mais de um milhão de contos, o que demonstra que apesar de se tratar de uma quantia bastante significativa no Orçamento

regional, o Governo não deixou de investir na Protecção Civil que como já referi é uma tarefa de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós temos presente no dia a dia o “sentimento da insatisfação”, nunca estando contentes com o que temos e querendo sempre mais. Assim é com este Governo que, no que concerne à Protecção Civil prevê um investimento superior a 3 milhões de contos para o próximo quadriénio, de onde se destacam 533 mil contos para aquisição e reparação de viaturas das Corporações de Bombeiros, um milhão e seiscentos e trinta e cinco mil contos para construção e remodelação de instalações e equipamentos dos Bombeiros, 362 mil contos para a área da formação e informação e 555 mil contos destinado ao S.R.P.C.B.A.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Disponíveis no Plano para 2001 temos uma verba que ascende a 700 mil contos para fazer face a despesas prementes e obras de extrema importância de entre as quais, destaco:

- Formação e informação dos elementos dos Corpos de Bombeiros, quadros do Serviço de Protecção Civil e diversas acções de sensibilização e informação das populações com uma verba de 35 mil contos;
- Aquisição de equipamento de vigilância sísmo-vulcânica no valor de 20 mil contos;
- Realização de estudos de carácter científico com vista à elaboração de Cartas de risco no valor de 10 mil contos.

Continuando a dotar todas as Corporações de Bombeiros com instalações condignas e operacionais, destacam-se a:

- Construção do Quartel de Bombeiros da Ribeira Grande com uma previsão orçamental de 105 mil contos;
- Obras de beneficiação no Quartel da Madalena do Pico com 50 mil contos;
- Construção de anexos e reparação de diversos Quartéis com 60 mil contos.

Para que todas estas infraestruturas se tornem ainda mais operacionais, e capazes de maior rapidez de intervenção quando solicitadas, o Governo prevê, no Plano para 2001, um investimento na ordem dos 115 mil contos para aquisição e reparação de viaturas das diversas Corporações de Bombeiros da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo dotou a Protecção Civil das verbas necessárias à sua operacionalidade.

Tendo no entanto plena consciência, de que todas as verbas que se destinam à salvaguarda da segurança de pessoas e bens das nossas ilhas nunca são consideradas demasiadas, o Governo Regional demonstra com este plano estar atento às necessidades prementes da Protecção Civil e Corpos de Bombeiros. A Protecção Civil é uma tarefa de todos e não apenas de alguns. Este Governo fez a sua parte, façamos nós a nossa.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os jorgenses esperavam que os Planos para o corrente ano e para os próximos quatro anos fossem uma aposta muito clara para o sector agrícola.

Tal parece não vir a acontecer.

As verbas destinadas a Caminhos Agrícolas e ao Abastecimento de Água à Lavoura são insuficientes. São mesmo uma grande contrariedade, face ao que tem sido anunciado e à expectativa da lavoura da minha ilha.

De facto, quando tudo indicava que o Governo Regional pretendia fazer uma aposta muito clara no desenvolvimento efectivo desta área, os documentos orientadores da política do Governo demonstram precisamente o contrário.

A solução para os graves problemas ao nível do Abastecimento de Água não está contemplada nestes documentos.

São Jorge espera, e quase já desespera, por esses investimentos.

Em contrapartida, vemos, finalmente, uma aposta clara na resolução do antigo problema da inoperacionalidade do Porto da Calheta.

Quero congratular-me com o facto de o Governo corresponder, neste caso concreto, ao desejo da população.

O Grupo Parlamentar a que pertenço está por isso muito satisfeito e tudo fará para que a obra se concretize o mais breve possível.

Sobre este assunto, não posso deixar de prestar aqui uma justa homenagem a todos os autarcas que se empenharam neste longo e difícil processo.

Deputado António Gomes (PS): E não só!

O Orador: De uma forma muito especial a quem o conduziu nos últimos anos - o anterior Presidente do Município da Calheta, José Leovigildo Azevedo -, que pelo seu especial empenho neste assunto e pelo papel decisivo que teve na sua condução, levou sucessivos governos a tomarem medidas que desembocaram numa decisão institucional e mesmo na adjudicação da obra.

É neste caso concreto que se pode também avaliar o importante e positivo papel da Comunicação Social. Muitas das lutas travadas em prol desta causa tiveram eco nos meios de comunicação social, que as reconheceram como justas aspirações de uma povo, muitas vezes abandonado à sorte, e assim a voz dos que defendem investimentos justos para a sua terra, ao abrigo do desenvolvimento harmónico que todos desejamos, foi amplificada e deu frutos.

Resta agora esperar para ver.

Sabe-se que importantes empresas de navegação esperam pelas obras no Porto da Calheta para transformarem a infra-estrutura no pivot da distribuição de mercadorias em todo o Grupo Central, dada a sua localização privilegiada.

O mínimo que se exige é que as obras previstas contemplem as aspirações destas empresas, ou seja, espera-se que os barcos que operam no tráfego em causa não tenham dificuldades para operar no Porto da Calheta renovado.

Se não for assim, a luta continuará no dia a seguir à inauguração das obras com a mesma força que trouxe o povo para a rua em manifestações e assembleias populares, e com o mesmo apoio das instituições que em devida altura recusaram receber um Governo Regional em visita estatutária a S. Jorge.

Para terminar este capítulo, queria propor a este Governo que as obras do Porto da Calheta tenham início durante os primeiros meses do Verão e não no final do ano, conforme está previsto.

Mas em matéria de portos, no Plano a Médio Prazo, a ilha de São Jorge deveria contar – e não conta - com verbas suficientes para se iniciar o processo de ampliação do Porto do Topo.

Não se trata, apenas, de mais um porto. Trata-se, como já expliquei nesta Assembleia, por diversas vezes, de uma grande necessidade para uma importante zona populacional da ilha. E se porventura alguém ficar com a ideia que nós queremos imediatamente todos os nossos portos arrançados de uma só vez, digo-vos que não é assim. Não seria razoável, embora fosse justo. A verdade é que foram feitos investimentos em portos por toda a Região, enquanto São Jorge era contemplado com outros investimentos.

Agora deve ser a vez do Porto do Topo. Aquele que se encontra estrategicamente mais bem situado devido à sua proximidade com a ilha Terceira. A sua ampliação é absolutamente decisiva para o desenvolvimento da zona oriental da ilha. A sua ampliação é portanto fundamental uma prioridade para São Jorge.

Quanto à habitação, o plano contempla valores manifestamente insuficientes.

Mas neste caso concreto, existem outros problemas que vamos ouvindo diariamente – os da gestão da Habitação Degradada.

Não restam quaisquer dúvidas que a gestão dos apoios à habitação deveria passar para as autarquias. Refiro-me às Juntas de Freguesias e também às Câmaras Municipais. São instituições muito mais próximas das pessoas. Teríamos, também por isso, com certeza, uma maior eficácia na condução destes processos.

Quem contacta com as populações facilmente se apercebe do seu descontentamento nesta matéria.

E o processo de electrificação das Fajãs de São Jorge, que parece estar esquecido.

Refiro-me às Fajãs de São João, da Ribeira da Areia e dos Cubres.

Não se percebe afinal o que se passa com o reinício deste processo.

A Fajã de São João, por exemplo, que continua a ser abastecida – e muito deficientemente – por uma Central Comunitária, está agora com um grave problema: o gerador avariou de vez, no passado fim de semana.

Embora o assunto esteja provisoriamente remediado, graças ao empenho da Empresa de Electricidade, é também prioritário que se iniciem, ainda este ano, as obras de electrificação desta Fajã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero fazer justiça a este Governo.

Os Planos anual e de médio prazo prevêm a resolução de dois ou três importantes problemas há muito reivindicados pelos jorgenses. É verdade.

Mas não mais do que isso.

Penso mesmo que um Plano para os próximos quatro anos, deveria prever intenções mais claras de investimentos em São Jorge.

Além disso muitas das acções inscritas nesse documento estão dotadas com valores insuficientes.

Outras, nem constam dos planos.

Existem, em São Jorge, instituições que possuem os vossos compromissos eleitorais nos seus arquivos e já chegaram à conclusão que as promessas não correspondem às verdadeiras intenções, demonstradas agora nestes documentos.

Quem se compromete a governar os destinos desta região deve, no mínimo, incluir nos planos correspondentes à sua legislatura, os compromissos que assumiu junto da população.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra porque fiquei sinceramente perplexo com esta intervenção do Sr. Deputado Aires Reis.

Sr. Deputado, que grande confusão vai na sua cabeça. O Sr. aqui dentro diz uma coisa, lá fora diz outra totalmente diferente e vou-lhe mostrar um artigo que saiu no Correio de S. Jorge no dia 23 de Março, que é a reacção da Câmara da Calheta, órgão em que o Sr. é número dois e que diz o seguinte:

“Esta autarquia está genericamente satisfeita com as verbas incluídas no Plano para 2001 e no Plano a Médio Prazo, aguardando que a execução física das obras acompanhe as dotações e calendarização das obras”. Para além disto, apenas diz o seguinte: “É importante que se faça o abastecimento de água à Lavoura”. Portanto, isto saiu de um órgão em que o Sr. é o número dois, como já disse.

Relativamente ao abastecimento de água, que é a preocupação da Câmara da Calheta, para além daquilo que acabei de ler, o Sr. sabe perfeitamente, porque isso já foi dito aqui, que para o abastecimento de água à lavoura há uma dotação de 106 mil contos.

Relativamente à questão do Porto da Calheta os Srs. o que fizeram durante todo tempo foi enganar os calhetenses, porque andaram sempre em vésperas se eleições a mostrar sempre péssimas soluções para o porto da Calheta que criava mais inviabilidade que aquela que ele hoje tem e foi este Governo que teve a coragem de criar a solução que vai, efectivamente, resolver os problemas da operacionalidade do Porto da Calheta.

Era só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de ambiente é falar de um bem com dimensão social que é também, cada vez mais, entendido como um valor económico de significado estratégico, directo e indirecto, para o desenvolvimento de uma região. O ambiente, pela sua capacidade de sustentar as nossas actividades, é afinal o elemento que assegura o nosso desenvolvimento e condiciona a qualidade de vida. Enquanto elemento sustentador da vida marinha e bem assim da actividade de pesca. Da riqueza dos nossos solos, condição necessária ao desenvolvimento agrícola. Pela simples riqueza de todo o património natural, enquanto agente promotor do turismo e do nosso próprio bem-estar. Pela qualidade da água que extraímos dos lençóis freáticos, pela capacidade de suportar as cargas de resíduos que nele depositamos, pela capacidade de nos fornecer os inertes, necessários à construção civil e garante afinal do nosso bem-estar, desenvolvimento, conforto e segurança.

Dirão alguns que o ambiente não tem valor, entendendo-o como um bem adquirido, outros que o valor do ambiente é imensurável. Digo-lhes eu, que tem valor e é mensurável e que somos possuidores de uma enorme riqueza ambiental nos Açores, riqueza esta que hoje pode ser medida pela riqueza que potencia a jusante do próprio sistema ambiental e que, noutras partes do globo, como nos Açores nalgumas áreas (nomeadamente a recuperação das lagoas que estão em curso), vai sendo medido pelo custo da recuperação ambiental que se pretende implementar e que tantas vezes se constata ser inviável de um ponto de vista prático, por não se produzir a riqueza necessária à recuperação das áreas em questão.

Como exemplo da primeira categoria de abordagem a esta problemática, permitam-me uma referência a Costanza et al., 1997 (in "Nature") que apresenta uma estimativa do valor dos serviços dos ecossistemas terrestres e dos "stocks" de capital natural cujo valor "incremental" ou "marginal" total é fixado em 33 biliões de dólares americanos por ano, logo muito superior ao PIB mundial. Neste estudo, destaca-se o valor dos serviços fornecidos pelos oceanos e ambientes costeiros que representam 63% do valor global.

Como exemplo da segunda forma de abordagem a esta problemática, uma referência para o protocolo de Quioto e do compromisso assumido internacionalmente de reduzir os níveis de emissões por forma a retardar o fenómeno tão actual, mas tão sentido também, das alterações climáticas, e da consequente subida do nível das águas do mar, cujas repercussões se farão sentir com particular incidência nas regiões insulares e, nas regiões continentais, especialmente nas zonas ribeirinhas.

Cabe-nos intervir junto do Estado, no sentido de pressionar os principais responsáveis pelos elevados níveis de emissões libertadas, como nos cabe, também, a tarefa de prevenir os futuros impactes decorrentes deste fenómeno, actuando junto das entidades responsáveis, particularmente das autarquias, no sentido de impedir a construção de estradas, habitações e outras edificações que possam futuramente ser postas em risco.

Mas é também importante que tenhamos, todos, a noção das nossas especificidades próprias que induzem necessariamente a adopção de soluções também específicas na abordagem das problemáticas ambientais. Somos positivamente específicos no que se refere à natureza e escala da poluição por emissões gasosas e sonoras ou aos impactes da descarga de águas residuais. Somos negativamente específicos no que respeita aos impactes decorrentes da deposição de resíduos em terra, da utilização excessiva de adubos, ou de extracção de inertes. Temos, pois, que manter o sentido das prioridades da nossa acção.

Na prossecução da sua política ambiental, o Governo Regional dos Açores terá subjacente o reconhecimento de que o bem ambiental é um bem económico, conforme anteriormente referido. Na verdade, as autarquias locais e os serviços municipalizados, a indústria, a agricultura, as pescas, o turismo, por exemplo, visam objectivamente o bem ambiental como factor de produção. Devem por isso ser internalizados, não apenas os custos de investimento e operação, mas também custos ambientais de protecção, valorização e monitorização dos recursos.

Assim, não podemos deixar passar esta oportunidade para dizer que, na consecução deste desiderato, o Governo Regional perspectiva, sem esquecer os condicionalismos sócio-económicos, iniciar, paulatinamente mas com rigor, a aplicação do princípio do poluidor-pagador e, na medida em que estejam reunidas as condições para esse efeito, o princípio do utilizador-pagador.

O que acima se disse, reflecte afinal a natureza transversal do ambiente, introduzindo uma dimensão política ao tratamento desta problemática, fundamental para que fique assegurado o objectivo primeiro de qualquer política de desenvolvimento económico, que passa hoje por assegurar um crescimento harmonioso equilibrado, durável e sustentável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A afirmação e prossecução do princípio político do desenvolvimento sustentável, reassumido no âmbito do VIII Governo Regional e já consubstanciado na criação da Secretaria Regional do Ambiente, encerra, como norma fundamental, a necessidade intrínseca de compatibilização do crescimento económico com a salvaguarda dos valores ambientais. Neste sentido, importa a implementação de políticas de gestão racional dos recursos endógenos, numa filosofia preventiva e minimizadora dos impactes negativos decorrentes do próprio desenvolvimento e uma atitude eminentemente pedagógica no âmbito do alargamento exigido de clarificação e partilha de responsabilidades na salvaguarda e valorização do património ambiental da Região.

Neste enquadramento, os objectivos do Governo para o sector ambiental são capeados por um conjunto de grandes linhas orientadoras que vão, do reforço das actividades de inspecção e controlo ao aprofundamento do conhecimento científico da biogeografia regional, do reforço de eficácia das acções de formação, informação e sensibilização ambientais ao planeamento integrado da gestão territorial. A este nível, permitam-me que reafirme o empenhamento deste Governo na implementação de uma política de planeamento e ordenamento do território que se estende do Plano Regional de Ordenamento do Território ao Plano de Resíduos Sólidos, passando pelo Plano Regional da Água, pelos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras e pelos Planos de Ilha de Recursos Hídricos. Numa palavra, diria que queremos ordem no ambiente, mas diria também que não ficaremos a aguardar estes instrumentos de planeamento para começar a trabalhar. Pelo contrário, estamos a resolver os problemas do ambiente, da eutrofização das lagoas à prevenção de cheias nas ribeiras, da elaboração de planos para os Sítios de Interesse Comunitário, a resolução da situação da orla costeira das Lajes do Pico.

Assim, constituem-se como principais objectivos do VIII Governo Regional dos Açores para o Ambiente, no âmbito do Plano de Médio Prazo:

Implementar uma Estratégia Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e um reforço do conhecimento científico sobre o património natural das ilhas e da complementaridade desse património;

Promover a informação sobre a qualidade do ambiente, melhorando a capacidade de intervenção dos serviços de vigilância e monitorização da qualidade ambiental;

Compatibilizar a gestão de resíduos com a especificidade insular e com os níveis de atendimento necessários à qualidade de vida das populações;

Adequar os instrumentos de ordenamento e de gestão aos interesses específicos locais e regionais, desenvolvendo uma rede de infraestruturas de apoio e acolhimento nas áreas protegidas que permita uma informação científica sobre o património e que se assuma como espaço de usufruto sustentado dos recursos;

Implementar uma estratégia regional para a educação ambiental que induza a capacidade de opção consciente e responsável dos cidadãos e entidades;

Assegurar uma gestão integrada dos recursos hídricos em águas interiores e costeiras, superficiais e subterrâneas, e assegurar a disponibilidade em quantidade e qualidade do recurso água satisfazendo, dessa forma, as necessidades e os interesses da população e, por maioria de razão, preservar e valorizar os ecossistemas aquáticos;

Minorar riscos e prevenir danos a pessoas e bens por acção de um planeamento das bacias hidrográficas e, em complemento, por execução das necessárias obras de protecção em troços críticos;

Concretizar o planeamento integrado da orla costeira, como meio privilegiado do desenvolvimento sustentável das diversas políticas sectoriais actuaes no litoral;

Assegurar a participação e intervenção dos cidadãos, directamente ou por via das Organizações não Governamentais de Ambiente, no processo de planeamento estratégico e prospectivo, disponibilizando a necessária informação;

Finalmente assegurar o cumprimento do normativo legal, de base regional, nacional e comunitária, assegurando também a sua adaptação e adequação à realidade ambiental nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que se põe é a de saber, então, de que recursos financeiros dispomos para atingir os objectivos propostos. O investimento proposto no Plano de Médio Prazo agora em discussão é de mais de 8,3 milhões de contos, no âmbito do Programa 24, Qualidade Ambiental, a que acrescem cerca de 2 milhões de contos no Programa 33 (Calamidades - Ambiente), ascendendo assim o montante de investimento global previsto para o sector ambiental a mais de 10,4 milhões de contos. Se a este juntarmos outros investimentos do Plano contemplados em projectos ou acções no âmbito de outros sectores mas com evidentes mais valias ambientais de que são exemplo as medidas agro-ambientais, a silvicultura ambiental, os observatórios científicos, a cooperação financeira com os Municípios, então, o montante global de investimento contemplado nesta proposta ascende a mais de 15,5 milhões de contos.

No entanto, podemos, e em bom rigor devemos, ainda juntar o investimento previsto no âmbito de outros instrumentos financeiros, particularmente no que respeita ao PRODESA e Plano de Desenvolvimento Rural que, para o período 2001 - 2004, prevêem nas Medidas de âmbito ou com evidentes mais-valias ambientais, investimentos que ascendem a cerca de 48,2 milhões de contos, dos quais cerca de 13,6 milhões de contos representam investimento directo das Medidas 3.5 Desenvolvimento do Sistema Ambiental e 4.1 Infraestruturas de Saneamento Básico do PRODESA. Enfim, um elevado volume financeiro que nos propomos investir ao longo destes quatro anos no sector ambiental, no âmbito dos diversos programas e medidas com evidentes ganhos ambientais, através dos diferentes instrumentos financeiros.

Com a aprovação deste Plano teremos mais e melhor Ambiente nos Açores daqui por 4 anos. Fica o nosso compromisso.

Disse

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pôr uma questão ao Sr. Secretário Regional do Ambiente, questão que se relaciona com um problema que esteve esta semana muito na actualidade e que tem a ver com o tratamento de resíduos sólidos.

Julgo que há um plano para tratamento de resíduos sólidos e a primeira pergunta é em que pé e em que estado de desenvolvimento está esse plano?

Em segundo lugar, com a entrada em funcionamento dos aterros e do desaparecimento das lixeiras, há determinadas categorias de resíduos que podem pôr problemas ambientais designadamente os que são os originados pelos matadouros, que tratamento está previsto para esse tipo de resíduos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sequeira de Medeiros:

Relativamente à primeira questão, efectivamente nós temos em curso a elaboração de um plano de resíduos sólidos que, aliás, estava praticamente concluído no final da última legislatura. Estamos a fazer alguns melhoramentos neste plano e oportunamente será objecto de apresentação e discussão pública.

Em relação à segunda questão que me pôs, designadamente a questão dos resíduos dos matadouros e o facto das lixeiras serem encerradas e passarmos a ter que utilizar os aterros para depositar este tipo de resíduos, aquilo que eu posso dizer e, aliás, na sequência da discussão que aqui presenciei há dois dias atrás, é de que efectivamente os aterros representam o local ideal para a deposição de resíduos orgânicos.

Também me pareceu ponto assente nesta Assembleia que os resíduos dos matadouros, enquanto tal, têm uma localização e um destino adequado nos aterros.

É esta, sinceramente, a minha opinião, porque se trata clara e evidentemente de resíduos orgânicos e, portanto, resíduos que serão sujeitos à decomposição natural, conforme são todos os outros resíduos orgânicos que depositamos através de lixos municipalizados.

Portanto, eu da minha parte, com alguma convicção, aquilo que posso dizer é que não tenho qualquer tipo de objecção a que a deposição deste tipo de resíduos se faça nos aterros. Digo isto, naturalmente, com a consciência que todos temos de que a gestão deste tipo de resíduos é uma competência da própria Secretaria Regional da Agricultura, com a qual, e eu aproveito para o dizer, temos mantido uma estreita colaboração e um estreito diálogo como, aliás, se imporia.

Também tive a oportunidade de acompanhar, juntamente com o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, todo este processo da discussão pública daquilo que tem sido o destino dado a estes resíduos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate das propostas do Plano e do Orçamento para o ano de 2001 e do Plano de Médio Prazo para o período de 2001 a 2004 é particularmente oportuno para responder a algumas grandes questões que se colocam sobre o Ambiente na nossa Região:

- Onde estamos?

- Para onde precisamos de ir?

- Que política ambiental é necessária?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na orgânica do I Governo Regional as questões relativas ao Ambiente ficaram englobadas nas atribuições da Secretaria Regional do Equipamento Social, numa direcção regional com competência também nas áreas da habitação e do urbanismo.

Em 1989, com o início de funções do V Governo Regional surge a Direcção Regional do Ambiente, integrada na nova Secretaria Regional do Turismo e Ambiente. Contudo, mantiveram-se fora deste departamento as áreas do ordenamento do território e dos recursos hídricos.

A nova orgânica e a acção do VII Governo Regional constituíram uma solução de continuidade, criando as condições básicas para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável. Manifestou-se, então, uma vontade política e assumiram-se orientações gerais para prosseguir com uma efectiva política de Ambiente nos Açores.

Durante muitos anos a nossa Região manteve-se numa situação de quase inoperância no que respeita ao fomento e ao controlo da qualidade do Ambiente.

Conforme já tivemos oportunidade de aqui afirmar, numa Região como a nossa, geograficamente limitada, a pressão das actividades económicas, ainda que relativa, tem que merecer a preocupação de todos os que intervêm no processo de desenvolvimento. Aquilo que em outros sítios é susceptível de se diluir no espaço, adensa-se nas ilhas.

Respondendo directamente à primeira questão, não obstante continuar a verificar-se um deficiente conhecimento dos elementos caracterizadores dos principais descritores da qualidade do Ambiente, temos a convicção que, na generalidade, os problemas a este nível assumem reduzido significado na nossa Região.

A primeira campanha de controlo da qualidade do ar, realizada em 2000, e a qualidade das águas balneares, são alguns indicadores que confirmam essa convicção.

Tudo isto sendo verdade, não é menos verdade que a este panorama se sobrepõem problemas estruturais que são antigos, que já estão identificados e para os quais o PMP dá resposta em desenvolvimento da política de Ambiente.

Afirmamos, com toda a clareza, que também existem factores que não deixam de nos causar preocupação e que devemos enfrentar com ponderação, dos quais destacamos:

- A ausência de planeamento nos mais diversos domínios, desde logo, pelo escasso número de planos municipais e planos especiais de ordenamento do território em vigor;

- A ainda escassa informação actualizada e sistematizada relativa à qualidade e quantidade dos recursos hídricos;

- O incorrecto destino final de algumas quantidades de resíduos sólidos. E a praticamente inexistente valorização dos resíduos;
- O reduzido, embora crescente, número de projectos que são sujeitos a relatório de incidências ou a avaliação de impactes ambientais;
- As limitações ao nível da fiscalização, acompanhamento e cumprimento de alguma legislação ambiental.

Se é certo que o nosso Ambiente apresenta alguns sinais contraditórios, mais se impõe que eles sejam interpretados e qualificados com rigor acrescido, recusando a tentação quer da demagogia, quer do conformismo, quer da auto-satisfação.

Colocam-se então as questões:

- Para onde precisamos de ir? e
- Que política ambiental é necessária?

Senhor Presidente;

Senhoras e senhores Deputados;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Ambiente nos Açores, apesar da nossa perspectiva optimista, encontra-se numa encruzilhada. Daí que as boas ou as más decisões irão pesar para além da conjuntura.

Num Mundo em que a consciência ambiental é crescente, onde estão absolutamente ultrapassados os modelos de crescimento económico potenciadores de enormes passivos ambientais, os Açores enfrentam o desafio de compatibilizar o crescimento económico com a salvaguarda dos valores ambientais.

O princípio do desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental, deverá nortear toda a política de Ambiente.

É fundamental, desde logo, que se vença um processo de mudança de mentalidades, por forma a que o exercício de uma cidadania activa na defesa do Ambiente seja, cada vez mais, assumido pela generalidade dos cidadãos.

Espera-se, também, entre muitas outras acções:

- A aprovação da Estratégia Regional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- A elaboração dos planos de ordenamento e gestão dos Sítios de Importância Comunitária (SIC's), com vista à respectiva classificação como Zonas Especiais de Conservação (ZEC's), no âmbito da Rede Natura 2000;
- A consolidação e aperfeiçoamento da capacidade de monitorização e vigilância dos diversos descritores da qualidade do Ambiente;
- A sensibilização e promoção de uma gestão adequada dos resíduos;
- A conclusão do Plano Regional da Água e a implementação de um regime de gestão;
- A execução dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's) e dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas;
- A revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores e a aprovação e ratificação da generalidade dos Planos Directores Municipais (PDM's);
- A revisão e integração do actual quadro legislativo e regulamentar.

Esta orientação de fundo que veio a materializar-se ao longo dos últimos anos, tem correspondência e continuidade asseguradas na actual proposta de Plano de Médio Prazo, pelo que a sua aprovação representará o virar de mais uma página deste novo capítulo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Planos devem ser, em cada momento, simultaneamente, instrumento e expressão dos necessários e indispensáveis ajustamentos estruturais. Em termos da proposta de investimento nele contida, o PMP é, pois, um plano de consolidação da estratégia definida pelo Partido Socialista e ratificada pelo Povo Açoriano e por este Parlamento, há pouco meses. É um documento que transcreve, a nível de investimento, as prioridades estratégicas definidas, continuando a apostar fortemente na valorização da qualidade do Ambiente e nos recursos naturais.

O investimento público decorrente da estrutura de financiamento do Programa 24 – Qualidade Ambiental, é de 8,5 milhões de contos, o que representa um notável acréscimo, superior a 650%, relativamente aos 1,3 milhões de contos previstos no último PMP aprovado por esta Assembleia. Se

àquele montante somássemos os 2,1 milhões de contos do Programa 33 – Calamidades/Ambiente a diferença tornar-se-ia ainda mais abissal.

Do somatório dos Planos Anuais de 1997 a 2000, conclui-se que no domínio do Ambiente foram orçamentados montantes no valor global de 6,1 milhões de contos, sendo 2,8 no Programa 25 – Qualidade Ambiental e 3,3 no Programa 33 - Calamidades.

Da análise dos relatórios de execução dos anos terminais das duas últimas legislaturas, constata-se que o investimento efectivo na área do Ambiente foi de 346 mil contos em 1996 e de 1,6 milhões de contos em 2000.

É, pois, num registo plurianual que se pode verdadeiramente avaliar a consistência das opções de estratégia de carácter estrutural. E aí a evidência confirma não só a justeza dos caminhos escolhidos, mas também a dimensão dos esforços efectivamente levados a cabo.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Caros Membros do Governo:

Não querendo substituir a voz da direita sonolenta e por sinal ausente aqui nesta Câmara, gostava de juntar a minha voz à intervenção do Sr. Deputado Hernâni Jorge, para realmente chamar a atenção da necessidade que o Governo tem que ter no sentido de continuar a estimular as autarquias para elas completarem os Planos Directores Municipais que são fundamentais, naquilo que diz respeito às autarquias, para um desenvolvimento sustentado, equilibrado, e harmonioso dos Concelhos dos Açores que são, como já aqui se falou várias vezes, um factor e uma mais valia fundamental para um novo eixo de desenvolvimento dos Açores que é, como já aqui reflectimos, os Açores. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes para uma intervenção.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encontra-se reunida esta Assembleia para analisar, discutir e votar documentos de grande importância para as nossas ilhas no seu conjunto, e, naturalmente, para a Ilha do Corvo. Refiro-me ao Plano e Orçamento para o ano 2001 e o Plano a Médio Prazo.

Uma vez mais pretendo com esta intervenção reforçar e dar voz às questões que considero de grande importância para a Ilha do Corvo.

A verba de 10 mil contos inscrita no Plano para 2001 “reabilitação de estradas regionais”, parece-me ser manifestamente insuficiente para as necessidades da nossa ilha, mesmo que esta verba se destine apenas e só à reabilitação da estrada Leste da Ilha.

Como todos sabem esta estrada tem cerca de 5 km. É uma via muito antiga, estreita e com piso muito irregular.

Com o número crescente de veículos que têm chegado à Ilha, torna-se perigosa por não ter as dimensões que deve ter uma estrada regional. Daí a necessidade e a urgência do seu alargamento e asfaltagem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A páginas 22 do Plano a Médio Prazo – Programa 22.1 – “Equipamento de Apoio a Idosos”, encontramos verbas inscritas e repartidas por três anos no total de 135 mil contos.

Analisando a sua repartição temporal, verificamos que em 2002 apenas se prevê uma verba de 5 mil contos. O restante é para fim de mandato do actual Governo!

É assim que este Governo considera os idosos da Ilha do Corvo, o mesmo é dizer: esperem e continuem a sair da vossa ilha numa altura em que todos deviam encontrar na sua terra um local condigno para uma velhice com o descanso e paz que sempre disfrutaram e merecem continuar.

Continuando a falar do Plano para 2001, no Programa “Infraestruturas Portuárias”, encontra-se inscrita a verba de 17 mil contos.

Estamos preocupados, já que o Porto da Casa necessita, em nosso entender, de uma dragagem junto ao cais assim como de um molhe de protecção de forma a melhorar a operacionalidade dos barcos que ali operam. Uma vez mais entendemos que a verba acima referida não será suficiente para obras desta envergadura.

E a propósito de barcos e de portos, quero daqui alertar o Governo Regional no sentido de reforçar o stock de combustíveis na Ilha do Corvo durante o período de inverno de forma a não vir a acontecer no futuro as roturas que houve durante o inverno que acabou de terminar.

No campo da agricultura, no Programa “Fomento Agrícola”, não se encontra qualquer verba destinada à ilha do Corvo. Pretendíamos e julgávamos que este Governo, implementa-se na nossa ilha o sistema de inseminação artificial promovendo, desta forma, a melhoria significativa, quer das vacas aleitantes quer mesmo dos vitelos que se destinam à exportação.

Sugerimos ao Governo que o Serviço de Desenvolvimento Agrário da Ilha das Flores coopere nesta matéria fazendo deslocar à ilha do Corvo técnico para o efeito.

Termino, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e sem querer ser demasiado pessimista reafirmando que estes documentos não vão de encontro às necessidades e aspirações legítimas dos corvinos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Rocha.

Deputado Óscar Rocha (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Nunes:

Era só para informá-lo que, em relação à Estrada Leste, a primeira fase dos trabalhos, ou seja, a construção de muros de suporte e a construção de alguns aquedutos vai ter início no mês de Maio.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sector da Saúde tem vindo a sofrer, nas últimas décadas, profundas mudanças. Desde logo, constata-se o facto de, em cerca de 25 anos, o número de médicos ter crescido de forma significativa, passando dos cerca de 11 mil existentes em 1975, para os cerca de 30 mil e 400 existentes em 1997, o que se traduz numa taxa de cerca de 300 médicos por cada cem mil habitantes.

Este dado, a que se devem associar os números relativos ao acesso aos estabelecimentos de saúde públicos, onde o número de consultas, em igual período, passou de 24 para mais de 35 milhões por ano, bem como as urgências que evoluíram de 2 para mais de 12 milhões por ano, são apenas alguns indicadores que nos permitem avaliar, de uma forma concreta, o rápido crescimento no acesso aos cuidados de saúde, com a consequente emergência da necessidade de cada vez mais recursos humanos, cada vez mais equipamentos e, conseqüentemente, com custos cada vez mais elevados.

Os Açores, cuja criação do Serviço Regional de Saúde data de 1980 acompanharam, de forma singular, esta evolução. Se existiu algum crescimento em termos de recursos humanos na década de 80, é um facto que, à semelhança de outras regiões do país, no últimos anos tem-se vindo a verificar que o número de médicos, desde 1995, se mantém praticamente inalterável, (356 em 1995 e 352 em 1999), ao contrário de outros profissionais de saúde, como sejam os enfermeiros, em que se registou um aumento de 13% no seu número entre 1994 e 1998, e os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, cujo aumento, em igual período, se cifrou na casa dos 22,8%.

Em termos gerais, verificou-se, na Região, que o número de consultas, desde 1997, tem tido tendência a diminuir - de cerca de 502 mil para cerca de 441 mil em 1999, sendo que, nas urgências, se verificou um crescimento, entre 1997 e 1999, de aproximadamente 14 %.

O número médio de dias de internamento em Hospitais e Centros de Saúde tem, desde 1995, tendência a decrescer muito ligeiramente, sendo que a taxa de ocupação hospitalar indicia igual tendência, tendo passado de 68,2% em 1995 para 65,7% em 1999.

O grande desafio que hoje se coloca, em termos de Serviço Regional de Saúde, é o de saber a forma como compatibilizar uma gestão de recursos humanos que, como é sabido, se afiguram escassos, com uma cada vez maior procura de cuidados de saúde, o que implica apetrechar e otimizar as diversas unidades de saúde existentes, bem como avaliar da necessidade do surgimento de novas, de modo a permitir uma resposta mais atempada aos utentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo do Partido Socialista, apresentado aos eleitores em Outubro de 2000, e aprovado por esta Assembleia em Dezembro, consagra como princípios orientadores da actuação do Governo Regional, o princípio da garantia de acesso de todos os cidadãos, tendencialmente gratuito, à prestação de cuidados globais de saúde.

Para tal, a sua aposta radica essencialmente na formação e aumento dos recursos humanos, na melhoria da acessibilidade ao Sistema, através da revisão das condições de deslocações de especialistas às ilhas onde não existem hospitais, na aquisição de equipamentos e na modernização das infra-estruturas de saúde, na promoção da saúde e prevenção da doença, com especial incidência na saúde materna e infantil, na escola e prevenção das toxicodependências, e no incremento de novas formas de gestão, que permitam uma racionalização de custos e de meios.

Para além disso, a contratualização da prestação de serviços com o sector privado e o recurso às novas tecnologias como forma de organização e oferta de cuidados e de gestão dos serviços, são também apostas consideradas necessárias para um melhor funcionamento do Sistema.

Os documentos que hoje aqui se discutem, Plano e Orçamento para 2001 e Plano a Médio Prazo 2001-2004 traduzem, de uma forma clara e sistematizada, aqueles que foram os compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista.

Os Programas 20 e 21 do PMP, consagram verbas globais de 9, 35 milhões de contos a que corresponde, não vá nenhum Senhor Deputado enganar-se novamente nas contas, a cerca de 4,1 % do montante global de investimento previsto.

Do Programa 20 – Desenvolvimento das Infra-estruturas de Saúde, dotado com 4,9 milhões de contos, merece destaque, inserido no Projecto 20.1 – Construção de Novas Unidades, a conclusão do Centro de Saúde da Praia da Vitória, as obras no Bloco Operatório e Unidade de Cuidados Intensivos no Hospital de Angra do Heroísmo, o apoio a diversas Unidades de Saúde, como seja o caso da construção da nova Unidade de Saúde da Lagoa, e, dando forma a uma necessidade atempadamente identificada e assumida pelo anterior Governo Regional, a consignação de verbas no valor de 1,45 milhões de contos destinadas à construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Ainda no âmbito deste programa, é de realçar as medidas propostas no Programa 20.2 – Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde existentes, onde se prevê obras de vulto nos Hospitais do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, da Horta, do Centro de Saúde da Povoação, a terminar no corrente ano, o apoio concedido às estruturas de apoio à Psiquiatria e Toxicodependências e a remodelação e beneficiação de diversas unidades de saúde, tais como os Centros de Saúde da Santa Cruz das Flores, Madalena, Calheta e Angra do Heroísmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa 21 - Desenvolvimento do Sistema de Saúde, consagra um conjunto de medidas de extrema importância para garantir uma melhor prestação de serviços e a promoção de uma política realista de recursos humanos.

O apetrechamento e modernização dos nossos hospitais, com destaque para a Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital de Angra do Heroísmo e das unidades de Cuidados Intermédios e Hemodiálise do Hospital da Horta, para além das acções previstas para a aquisição de equipamentos para vários Centros de Saúde, bem como o investimento efectuado no âmbito da Emergência Médica, indiciam o cuidado revelado na melhoria do acesso aos cuidados de saúde por parte do Governo Regional. Decerto que muito está ainda por fazer, decerto que não se conseguirão suprir todas as necessidades. Mas estamos longe, muito longe mesmo, da teoria da catástrofe e do caos que muitos arautos da desgraça ciclicamente vão profetizando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste Programa, duas acções surgem que, pela sua importância e significado estratégico merecem, em nossa opinião, particular destaque.

Uma prende-se com a aposta na Telemedicina e na renovação e informatização dos serviços. A criação de uma rede informática estruturada nas Unidades de Saúde, permitindo a ligação em rede entre todos os Centros de Saúde e Hospitais garantirá, num futuro próximo, não só uma racionalização em termos de gestão como, essencialmente, um valor acrescentado à prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos que, independentemente do seu local de residência, poderão ter o seu historial clínico, em tempo real, em qualquer Unidade de Saúde, o que facilitará diagnósticos, acompanhamento e eventuais meios complementares de diagnóstico de que necessite. Do mesmo modo, o incremento da Telemedicina permitirá, à semelhança das experiências-piloto já verificadas entre Centros de Saúde e Hospitais Regionais e entre estes e hospitais nacionais centrais.

Esta aposta nas novas tecnologias, que contará com o apoio do Programa Açores – Região Digital, é um passo fundamental na modernização e na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

O outro programa diz respeito ao apoio à formação profissional. Para além dos 31 cursos previstos no Programa de Formação Profissional da Direcção Regional de Saúde, esta acção revela uma estratégia cuidada e persistente deste Governo Regional em matéria de Recursos Humanos.

Sejamos realistas. A falta de médicos na Região não é um problema que tenha solução, de forma estruturante, no imediato. As medidas implementadas de criação de incentivos à fixação de médicos na Região, de que a Resolução N.º 56/99, de 8 de Abril é exemplo, e que atribui apoios de montantes significativos aos médicos que se desloquem do exterior para a Região não teve, infelizmente o sucesso que se desejava.

E não o teve por uma razão simples e prosaica: há falta de médicos em todo o país e, por muita promessa irrealista que se faça, nomeadamente em termos de prometer o que já existe, a solução não existe dentro da manga de um qualquer ente iluminado, por muita nova ou velha esperança que transporte.

Ou se começará a verificar na Região o fenómeno, à semelhança do que se passa no Continente, da vinda de médicos de outros países comunitários, ou, realisticamente falando, a aposta terá de passar por medidas estruturantes, cujos frutos não se verificarão, de forma milagrosa, no imediato.

Referimo-nos, concretamente, ao sistema de Bolsas de Estudo implementado, que consiste na contratualização de que o bolseiro terá que prestar serviço na Região o dobro do número de anos em que auferiu a bolsa. No ano 2000 estavam nessa situação 45 estudantes de medicina, 42 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 5 bolseiros do curso de Administração Hospitalar.

Esta medida, prova evidente de que este Governo não se rege por calendários eleitorais, permite, por si só, a fazer fê no número apontado pelo Conselho Médico dos Açores da Ordem dos Médicos, suprir quase por completo os 54 Clínicos Gerais considerados como fazendo falta na Região.

De igual modo, o apoio, através de bolsa, aos médicos em regime de internato – cerca de 30 por ano, é também uma medida a destacar, pelo incentivo que comporta para que os mesmos se fixem, definitivamente, na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate de documentos como o Plano e Orçamento para 2001 e Plano a Médio Prazo não se pode esgotar na sua simples análise.

É igualmente importante discernir quais as opções estratégicas que estão subjacente aos mesmos, de modo a se perceber, com mais clareza, os números e os Programas em presença.

Deste modo, não podíamos deixar de referenciar alguns aspectos que, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, devem ser apontados como subjacentes a estes documentos, dando-lhes corpo e definindo a sua linha de acção.

Desde logo, importa realçar o incremento do Programa de distribuição de Metadona na Região, aspecto palpável de uma política de prevenção das toxicodependências que passa, igualmente, pelo protocolo estabelecido entre a Direcção Regional de Saúde e o Serviço de Prevenção e Tratamento das Toxicodependências, visando o tratamento de toxicodependentes da Região no Continente.

A prevenção às toxicodependências é um trabalho de fôlego, que deve ultrapassar, em muito, a esfera de actuação do Governo Regional ou de qualquer formação política. O debate sobre este tema tem de ser feito de forma desapassionada, realista e concreta, abdicando de muitos preconceitos e ideias feitas de que existem soluções pré-fabricadas. O combate deve ser assumido por toda a

sociedade, numa perspectiva que, mesmo vivendo em ilhas, não se podem encontrar soluções localizadas numa região ou num país.

Assumamos pois, colectivamente, este processo, deixando de aproveitar o mesmo com objectivos eleitoralistas mais ou menos camuflados.

Um outro aspecto a reter prende-se com a necessidade, afirmada no próprio programa de Governo do PS, em regulamentar o Estatuto do Serviço Regional de Saúde. Os passos que estão a ser dados nesse sentido, nomeadamente no que diz respeito à Autoridade de Saúde, revela o espírito de diálogo e tolerância que este Governo tem vindo a desenvolver. Neste momento, a regulamentação do estatuto da Autoridade de Saúde aguarda um segundo parecer da Ordem dos Médicos, após terem sido integradas na proposta de Decreto Regulamentar Regional, as sugestões constantes do parecer anterior.

De igual modo urge regulamentar a Unidade de Saúde de Ilha, prevista no Estatuto do Serviço Regional de Saúde. Estão a ser dados passos no sentido de, começando pelas ilhas que não possuem hospital e, em diálogo com os Centros de Saúde, definir o modo de funcionamento dessas unidades, nomeadamente no respeitante à racionalização de recursos, à centralização de serviços administrativos e especialidades, para além da definição de um modo racional de organização da deslocação de especialistas às ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O problema das listas de espera assume, pela ansiedade que provoca junto dos utentes, uma particular importância.

Não somos daqueles que, sem propor qualquer medida concreta, prometiam o fim das listas de espera.

Pelo contrário, conscientes da gravidade do problema, intimamente associado à falta de recursos humanos, o Programa de Governo do PS apresentava propostas visando reduzir as mesmas, de forma realista e responsável.

O programa iniciado em 31 de Julho de 2000, no Hospital de Ponta Delgada apresenta, volvidos poucos meses, resultados extremamente positivos.

Nesse âmbito efectuaram-se, até ao final do ano passado, 257 intervenções na especialidade de Cirurgia Geral, 64 intervenções em Urologia e 17 intervenções em Ortopedia, o que permitiu reduzir uma parte considerável dessa famigerada lista.

Esta forma encontrada, através da contratualização com os especialistas das diferentes áreas, é um caminho que se revela proveitoso. Esperemos que o Programa se alargue aos outros hospitais da Região, dando resposta a um problema que, mais do que com palavras, é com actos concretos que se resolve.

Por fim, falemos da dívida do Serviço Regional de Saúde.

E assumamos, desde já, que a nossa perspectiva não é a de ver na Saúde um negócio que, doa a quem doer, não pode dar prejuízo.

O acesso aos cuidados de saúde não pode estar dependente da capacidade financeira dos utentes, nem de sistemas que segmentam os cidadãos entre os afortunados possuidores de algum Seguro ou utentes de algum sub-sistema privado e os restantes que, por via dos seus rendimentos, se teriam de sujeitar apenas a alguns hospitais públicos, de poucos recursos e orçamentos limitados.

O acesso aos cuidados de saúde, enquanto direito fundamental de qualquer ser humano, deverá ser proporcionado a todos, não obstante se deverem introduzir alguns elementos de diferenciação, desde que devidamente analisados e justificados.

A título de exemplo refira-se que, no ano passado, as despesas com medicamentos ascenderam a 4,1 milhões de contos em ambulatório, a que se deve acrescentar 2,7 milhões de contos em internamento.

Se a isso for somado o sucessivo aumento verificado, ano após ano, com os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, bem como os reembolsos aos utentes que recorreram à medicina privada, depressa se constata que estamos perante montantes extremamente elevados que decorrem, não como por aí já se ouviu, de uma má gestão, mas tão somente do cada vez maior acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde.

Poderíamos igualmente falar do impacto financeiro da reestruturação de carreiras da saúde, estimado em cerca de 4 milhões de contos, ou até mesmo da dívida ao Serviço Nacional de Saúde, bem como das verbas devidas por diversos subsistemas ao Serviço Regional de Saúde.

Seria, decerto, uma discussão interessante, desde que não ocultasse aquilo que é essencial: o Serviço Regional de Saúde deve, cada vez mais, prestar um melhor serviço, dotando-o quer de recursos humanos, quer de equipamentos que sirvam todos os açorianos, independentemente da ilha onde residam.

Tenhamos a consciência e a responsabilidade de assumir esta opção e este rumo pois ele é, estamos seguros, muito mais humano que as experiências verificadas no Reino Unido da Senhora Thatcher, que iam destruindo o Sistema de Saúde Britânico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2001 e o Plano a Médio Prazo, no respeitante à área da saúde, define com clareza quais as opções e quais as metas a atingir.

A aposta na valorização dos recursos humanos, na modernização tecnológica e na melhoria das acessibilidades ao sistema são, por si só, objectivos que deveriam merecer o apoio de todos.

Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tudo faremos para que estes documentos tenham tradução prática no nosso quotidiano e que sejam, de uma forma concreta, um contributo para a melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão que me traz a esta tribuna é tentar esclarecer se os documentos agora em análise são bons ou maus para Santa Maria.

Francamente e após cuidada análise dos mesmos, não sei!

É verdade que obras fundamentais para o desenvolvimento de Santa Maria estão aqui previstas:

- A Casa da Matança,
- A Escola Bento Rodrigues,
- O lar de idosos,
- A gare de passageiros e porto de recreio;

Penso que neste particular só ficaram de fora, em termos de grandes obras, o Porto dos Anjos e o abastecimento de água à lavoura.

Certamente entendo que, apesar de estes dois projectos serem reivindicações antigas, há que estabelecer prioridades e os recursos existentes não chegam para tudo.

O que já não entendo é a falta de rigor com que estes documentos foram elaborados.

Numa primeira versão o Plano a Médio Prazo tinha cerca de 4 milhões de contos para Santa Maria.

Neste documento a Escola Bento Rodrigues só arrancava em 2002, não seria construído nem um quilómetro de estrada e tudo o resto deixava bastante a desejar.

Numa segunda versão a ilha passava a poder contar com quatro milhões e novecentos mil contos, para investimento até 2004.

Aqui já a Escola Bento Rodrigues começava em 2001, apesar de se terem orçamentados apenas cinquenta mil contos e já aparecia uma verba de 320 mil contos para a pavimentação de estradas.

Ainda da leitura deste documento podíamos constatar uma forte aposta no sector da promoção turística, bem como nos sistemas de apoio ao sector privado, situação que vinha perfeitamente de encontro ao preconizado como áreas estratégicas para o desenvolvimento da ilha.

Mas, afinal, esta ainda não era a proposta definitiva do Plano a Médio Prazo.

Tinha existido um “erro informático”.

Decorrente desse erro os quinhentos e dez mil contos orçamentados para o turismo passam a cento e nove mil contos e os seiscentos e setenta mil orçamentados para incentivos ao sector privado passam a quinhentos e trinta mil.

Conclusão: o investimento global para Santa Maria nos próximos quatro anos volta a cerca de quatro milhões de contos.

Destas situações pouco claras decorre que:

- É muito difícil fazer uma análise séria e principalmente perceber quais são as reais intenções dos documentos em análise,
- Os Marienses podem legitimamente questionar-se se as diversas acções previstas nestes documentos serão realmente concretizadas;
- Fica-se novamente com a sensação que o mais certo é daqui a quatro anos grande parte do aqui preconizado estar ainda em fase de projecto, a aguardar melhores dias para passar à fase de concretização;

É esta a sina de Santa Maria.

Já o foi durante os governos do PS...

Deputado Herberto Rosa (PS): Muito bem!

O Orador: ... e ao que parece em nada melhorou com os governos do PS.

Basta para tal ver que todas as obras que agora se pretendem executar, já em 1996, haviam sido prometidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O futuro dos Açores e principalmente das suas ilhas mais pequenas, dependem em muito da capacidade de executar as infraestruturas básicas para o seu desenvolvimento durante o Quadro Comunitário de Apoio vigente;

Depende da nossa capacidade para apostar decisivamente nos sectores estratégicos que poderão potenciar o desenvolvimento da Região;

Ou seja, depende, no mínimo, daquilo que está previsto naqueles documentos ser concretizado.

Do atrás exposto, seria legítimo perguntar se em termos de votação final não se deveria dar o benefício da dúvida.

Em consciência não o posso fazer.

Temo sinceramente ficar com as dúvidas que tenho e Santa Maria sem benefício algum.

Disse

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

Eu vou começar por aquilo que disse relativamente ao Porto dos Anjos, em que estas obras tinham ficado fora.

Plano 2001, pagina 26 – Portos de Santa Maria diz: início das obras do Porto dos Anjos. O Sr. leu mal o documento.

Relativamente ao abastecimento de água as verbas também estão aqui previstas e correspondem a 15%.

O Sr. já sabe, porque já foi informado pelo Sr. Secretário, de que houve uma reunião entre a Câmara e a Secretaria e não está posta em causa, de maneira nenhuma, a realização desta obra.

Portanto, as obras estão perfeitamente enquadradas.

Em relação à Escola Bento Rodrigues é preciso dizer que se fizeram trabalhos importantes naquela escola nos últimos 4 anos.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Eu não falei nisso.

O Orador: Não, o Sr. disse que eram obras que vinham de trás e eu vou explicar-lhe o que é que se fez:

Pintura, colocação de vedação na Escola Bento Rodrigues, que era uma reivindicação de há muito tempo, desde o tempo do PSD.

A nível do parque escolar também foram realizadas diversas obras.

Abastecimento de água e o porto de recreio, como disse, essas obras vão ser feitas e ainda este ano se vai iniciar a construção da gare de passageiros e o terminal de férias.

A este nível gostaria ainda de dizer que este Governo ouviu as pretensões do PSD. Os Srs. tinham no vosso manifesto eleitoral a protecção da falésia e nós não tínhamos, mas este Governo consagrou neste Plano essa obras. Isto é só para lhe dizer que nós ouvimos a oposição, porque às vezes dizem que nós não a ouvimos.

Portanto, quando o Sr. subiu a tribuna eu pensava que só viria aqui dizer bem deste Plano, porque realmente este Plano é um dos melhores, senão o melhor dos últimos anos.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Qual deles?!

O Orador: Em relação ainda ao Programa 7.1, gostava de dizer que, dentro dos projectos que são realizados neste âmbito, vai haver participação de feiras, campanhas publicitárias, etc., etc., e saem dessas verbas. O Sr. acha que Santa Maria precisa de quinhentos e tal mil contos para fazer isto durante 4 anos? Acho que não.

Este Plano está dotado de verbas suficientes para fazermos uma oferta turística, para promovermos Santa Maria. Não há dúvida nenhuma que este Plano é bom e tudo o que consta nele vai ser realizado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas fazer um esclarecimento muito simples:

Os incentivos para Santa Maria estão bem claros.

Já foram atribuídos ao hotel 600 mil contos. Já foram pagos 90 mil contos e com o progressivo recebimento das facturas e a respectiva vistoria serão pagos os restantes.

O hotel da Praia de Lobos em Santa Maria quando tiver em funcionamento já tem também o seu sistema de incentivos aprovado. Portanto, está claramente explícito o que irá para Santa Maria.

No caso da grande obra do porto de recreio que, de facto, vai ser uma grande obra, está aqui apenas inscrito 150 mil contos, corresponde apenas a 15% e a obra está prevista em cerca de 1 milhão de contos. Trata-se de um projecto extremamente importante para Santa Maria, transformando-a num pólo atractivo de turismo interno, principalmente de S. Miguel. Não só o transporte marítimo de passageiros veio dar uma nova animação a Santa Maria, como também a própria marina vai permitir receber muitas pessoas que vêm de S. Miguel e de outras ilhas, principalmente nos fins de semana, transformando Santa Maria num pólo turístico importante.

É com o aumento da oferta hoteleira; é também com a criação de infraestruturas como esta da Marina que uma nova vocação para a ilha de Santa Maria vai surgir no futuro, criando mais emprego e fixando a juventude a esta ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo de 20 minutos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 25 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Conforme confirmou o recente Ficheiro Central de Pessoal da Administração Pública Regional dos Açores, publicitado em Setembro do ano transacto, e conforme se constata por um brevíssimo e simples olhar a desagregação departamental das despesas com pessoal do orçamento para o corrente ano, ora em apreciação, a nossa Administração Pública apresenta características típicas duma sociedade de bem-estar, quer ao nível da distribuição relativa da população activa pelo sector público, quer dentro deste.

Efectivamente, são as áreas da saúde e da educação aquelas que apresentam o maior número de população empregue, sendo responsáveis por uma parte muito substancial da despesa com o sector administrativo.

É certo que nos últimos quatro anos o aumento dessa despesa foi significativo. Tal deveu-se, em primeiríssimo lugar, à revalorização das carreiras da Administração Pública, ocorrida por força de legislação nacional, e das correspondentes adaptações legislativas regionais, aprovadas, se bem me lembro, unanimemente, por esta Câmara. Se relacionarmos este facto com a adaptação fiscal, aprovada por esta Assembleia, mormente ao nível das reduções das taxas de IRS, possíveis porque previstas na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, bem como com a criação da Remuneração Complementar, facilmente concluiremos quão significativos foram os aumentos reais de rendimento, decorrentes das revalorizações salariais ocorridas na nossa Administração Pública.

Para além disso convém lembrar que o grosso das admissões ocorridas na Administração Pública Regional, nos últimos quatro anos traduzem a regularização de situações de pessoal que já prestava serviço na Administração, satisfazendo necessidades permanentes dos respectivos serviços. A regularização desse pessoal foi, como não podia deixar de ser, para além dum imperativo de justiça social, decorrência directa do Dec.-Lei n.º 81-A/96, bem como do Dec. Leg. Regional n.º 3/99/A, de 20 de Janeiro, que regularizou, cumpridos que fossem determinados requisitos, a situação dos trabalhadores dos Programas PROSA e MEFE que prestavam ou tinham prestado serviço à Administração Regional, o que totalizou, no último caso, cerca de 500 situações. Esta legislação regional foi proposta a esta Assembleia pelo VII Governo, e aprovada, recorde-se, por unanimidade.

Dai que, e pelo menos nesta matéria, seja de estranhar - no mínimo - o lugar comum do Despesismo Público. Sobretudo por parte daqueles que, no mesmo momento, e no mesmo lugar e com a mesma cara querem reduzir impostos e receitas regionais; e aumentar desrazoavelmente a Despesa Social e até funcionalizar trabalhadores de instituições privadas, já que não foi possível pôr a Segurança Social a pagar o salário mínimo regional. Para a nossa Direita Parlamentar, a coerência e a vergonha não são como a flor humana: quando desaparecem... não tornam a aparecer!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma política de Modernização Administrativa coerente e consolidada não pode dispensar a automatização de procedimentos administrativos, e o recurso às novas tecnologias.

Neste âmbito, cumpre destacar a implementação do Projecto INFOCID, quer através da instalação dos quiosques multimédia, em fase de ultimação, e o progressivo alargamento do acervo de informação específica da Região, quer naquele suporte, quer no respectivo "site" da Internet.

O PMP consagra ainda, para o presente quadriénio, a verba de 475.000 contos para a criação de uma Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC), que será constituída por Postos de Atendimento e um serviço de "call center", que disponibilizarão informação e alguns serviços da Administração Pública.

E porque não há modernização sustentada que não passe pela valorização dos Recursos Humanos, será mantida, ao nível da formação profissional, a estratégia de facultar formação a cerca de 2.000 funcionários/ano. As Despesas com esta formação continuarão a ser candidatas ao FSE.

A criação do Prémio de Qualidade em Serviços Públicos, visando o estímulo a melhoria constante do funcionamento da Administração Pública, bem como a publicação de roteiros e colectâneas de legislação, serão outras actividades a iniciar ou a serem prosseguidas.

Manter-se-á o financiamento das associações sem fins lucrativos dos funcionários da Região, através do pagamento das respectivas despesas correntes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A importância do Poder Local Democrático não foi esquecida por este Governo. Desde o acompanhamento da elaboração da Lei das Finanças Locais, e a influência exercida junto do Governo da República e dos Grupos Parlamentares do PS e do PCP, no sentido da consagração de uma discriminação positiva a favor dos municípios dos Açores, passando pelo acompanhamento dos montantes anuais de transferências do OE, que este ano aumentou relativamente ao anterior, 17,2%; a criação de um eixo específico no PRODESA para apoio ao Desenvolvimento Local, com um montante previsto de 40,716 milhões de contos, devidamente protocolado com a AMRAA - bem como ainda as verbas previstas nos Planos em apreciação, de que destacaria as áreas da

Educação e Ambiente - asseguram a continuidade e reforço da já longa e bem sucedida experiência de cooperação entre a Administração Regional Autónoma e o Poder Local dos Açores.

Concretamente no que diz respeito ao Programa 30, e ao nível da cooperação técnica, dar-se-á especial atenção a implementação do POCAL, prevendo-se a conclusão do programa de acções de formação já iniciado, bem como de visitas técnicas.

Ainda no corrente ano, a DROAP terá a seu cargo o apoio à organização logística do processo eleitoral autárquico.

Ao nível da cooperação financeira indirecta, prosseguir-se-á com a política de bonificação de juros aos municípios, quer no âmbito de compromissos por estes já assumidos, quer naqueles que venham a contrair no âmbito do PRODESA. Tais encargos, aliás, implicam um acréscimo substancial na dotação desta acção.

A cooperação financeira directa com as freguesias, para obras e equipamentos das respectivas sedes também é financeiramente reforçada.

Os montantes globais de cooperação previstos são - estamos certos - suficientes para ajudar as Autarquias da nossa Região a bem desempenharem a tarefa comum de desenvolver os Açores.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas em debate , Plano e Orçamento para 2001 e Plano a Médio Prazo 2001-2004 , tem como grande linha de orientação a promoção da competitividade e a diversificação da actividade produtiva . Para que se concretize esta grande orientação estratégica são necessários meios de transporte que respondam com eficácia e rapidez .

Desde sempre dependentes desses meios , marítimos primeiro e aéreos mais recentemente , os Açores têm tido nesses mesmos transportes um elo de aproximação , ligação mas sobretudo e sempre de discórdia. À natureza arquipelágica da Região terão que corresponder e correspondem , políticas que claramente entendam o papel fundamental que os transportes assumem no desenvolvimento económico e na coesão nacional e regional .

A melhoria das condições de vida dos Açorianos conjugada com os efeitos da globalização dos mercados e das trocas comerciais, tem vindo a evidenciar de forma acentuada o carácter ultra-periférico e insular da Região bem como a sua debilidade e dependência face a esses mesmos transportes .

Sendo uma Região Insular pobre , com uma economia frágil e pouco competitiva , totalmente dependente das vias marítima e aérea, têm justificadamente, merecido estas questões atenção redobrada. São prova disso os Regulamentos (CEE) n.º 3577/92 relativo à aplicação do princípio da livre prestação de serviços aos transportes marítimos internos nos Estados-membros (cabotagem marítima) e 2408/92 relativo ao acesso das transportadoras aéreas comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias do Conselho de 7 de Dezembro e 23 de Julho respectivamente bem como os decretos-lei nº 194/98, de 10 de Julho, relativo à cabotagem nacional e o 138/99, de 23 de Abril, que regula as obrigações de serviço público e as ajudas do Estado aplicadas e prestadas no âmbito dos serviços aéreos regulares entre o continente e as Regiões Autónomas .

Por força deste novo enquadramento pode um Estado-membro celebrar contratos de fornecimento de serviços públicos ou impor obrigações de serviço público como condição para a prestação de serviços de transporte regulares às companhias de navegação, marítimas e aéreas, que operem de entre ou para as ilhas . Pode também um Estado-membro em caso de perturbação grave do mercado intervir bem como , sempre que tal se justifique, compensar mediante concurso público o prestador do serviço.

Apesar das melhorias verificadas nas últimas décadas , os sistemas de transporte só começaram a ser verdadeiramente eficazes e justos, quando a eles se passou a aplicar a legislação atrás referida a

qual permite gerar equilíbrios com base em inquestionáveis princípios de cooperação e solidariedade .

Tais princípios de cooperação e solidariedade que têm permitido, potenciar a economia e aproveitar as mais valias decorrentes da nossa localização geográfica e das nossas condições naturais, carecem por vezes, que sejam devidamente adequadas as normas deles decorrentes de modo a garantirem o equilíbrio dos prestadores do serviço e simultaneamente o normal e regular abastecimento das populações . Sendo a maioria das nossas ilhas mercados de tão pequena dimensão que inviabilizam qualquer serviço de qualidade minimamente aceitável, tal equilíbrio nem sempre é fácil de atingir .

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Um dos aspectos mais visíveis , gerado por tais equilíbrios, é o da progressiva sofisticação dos meios usados e , conseqüentemente, o da diferenciação dos diversos segmentos de mercado bem como, a melhoria na regularidade e na qualidade do serviço prestado .

Em termos globais e no que a mercadorias diz respeito, o desequilíbrio entre a carga de chegada e de saída é permanente, reflectindo as características da Região . A relação entre a tonelagem descarregada e a carregada é sempre superior a três. Constata-se que, na última década, em todas as ilhas houve um forte crescimento das importações. Tomando como exemplo o triângulo, as importações cresceram no Faial 38%, no Pico 23% e em S. Jorge 45% tendo as exportações no Faial decrescido 19% enquanto no Pico e em S. Jorge cresceram respectivamente 22% e 44% . Neste período, estas duas ilhas viram, em termos percentuais, as exportações crescerem tanto como as importações, no que constituem uma excepção. O transporte marítimo representa cerca de 99% do tráfego total de carga.

A redução das tarifas, o aumento da concorrência e o desenvolvimento da actividade turística fizeram com que em 2000 o número de passageiros transportados por via marítima ultrapassasse os quatrocentos e cinquenta mil e por via aérea ultrapassasse um milhão.

O transporte marítimo de passageiros que atinge a sua máxima expressão na ligação Madalena/Horta, com 327.492 passageiros em 2000, cresceu também significativamente fora do Canal sobretudo entre os portos onde foram implementadas ligações mais frequentes.

A componente mais significativa dos 1.300.000 passageiros movimentados nos aeroportos em 1999 foi a do tráfego interno representando cerca de 50% do total . Contudo, registaram-se aumentos significativos nas ligações com o exterior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estando a função de um porto ou aeroporto muito para além de mero elo de ligação entre dois modos de transporte e fazendo estes parte de uma enorme cadeia que associa os vários tipos de transporte e serviços e que se estende muito para além das suas áreas geográficas, assumem estes papel relevante no funcionamento e competitividade de toda a actividade económica. Assim sendo, urge introduzir alterações que permitam uma maior flexibilidade operacional, visando sempre cada vez mais e melhores ligações.

Tais melhorias operacionais não passam apenas por aperfeiçoamentos dos enquadramentos normativos mas também e, sobretudo, por investimentos na valorização dos recursos humanos e nas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias .

No que às infra-estruturas portuárias diz respeito, os objectivos são: Racionalizar a gestão, melhorar as infra-estruturas, dotar os portos de equipamentos adequados e dinamizar a náutica de recreio. É de salientar o esforço de investimento levado a cabo na última Legislatura o qual, como o provam os documentos aqui em discussão, terá continuidade nesta. À Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos para o quadriénio 2001 – 2004 será afectada uma verba superior a 8 milhões de contos sendo de realçar entre outras, as seguintes acções:

- Apoio ao transporte marítimo de passageiros;
- Construção da gare marítima da Praia da Vitória;
- Consolidação do porto de S. Roque do Pico;
- Construção do porto da Calheta de S. Jorge ;
- Construção de vários Núcleos de Recreio Náutico;
- Reordenamento do porto da Madalena;
- Construção do Núcleo de Pesca de Ponta Delgada;
- Desenvolvimento de planos directores portuários.

Para o Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, tendo como objectivo a promoção e diversificação das ligações aéreas com o exterior, torna-se urgente e necessário promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados e estimular a criação de condições para a racionalização de custos.

A esta rubrica e para o mesmo período, será afectada uma verba superior a 9 milhões de contos com a qual se pretende melhorar as condições de operacionalidade dos aeroportos e aeródromos sendo de realçar entre:

- O serviço público de transporte aéreo inter-ilhas;
- A ampliação do aeroporto do Pico;
- O desenvolvimento de planos directores aeroportuários;
- A remodelação e beneficiação de várias aerogares;
- O reequipamento em meios de salvação e combate a incêndios dos aeroportos e aeródromos;
- A aquisição de diversos equipamentos aeroportuários.

Em termos de acessibilidades estes investimentos permitem uma oferta de condições de base ao nível das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias que garantem condições de operacionalidade com mais e melhor segurança.

Disse !

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

Este é o mês de comemorar e Festejar o 25 de Abril, a Revolução dos Cravos, que representa para todos os Portugueses o corolário da luta contra a ditadura que durante 48 anos dominou o nosso país.

O 25 de Abril de 1974 constitui, deve constituir imperativamente para os portugueses, um momento de enorme júbilo que advém, em substância, da devolução da liberdade que eleva o Homem à sua inteira dignidade. Sem Abril o nosso País não seria o que é, os Açores também não, nem tão-pouco cada um de nós.

Foi graças ao 25 de Abril de 1974 que o Poder Local ganhou uma legitimidade que não tinha, e da sua consagração constitucional deriva um papel reforçado no âmbito do desenvolvimento económico-social.

É graças ao 25 de Abril que hoje estamos aqui juntos a debater problemas relacionados com a nossa especificidade, com as nossas características geográficas, económicas, sociais e culturais do Povo dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Municípios e Freguesias formalizam a organização dos cidadãos residentes na respectiva área territorial, para a realização de interesses comuns e específicos.

A convivência diária com a generalidade dos cidadãos por parte dos eleitos locais, que lhes permite conhecer as carências das comunidades que representam, alicerça o princípio da subsidiariedade no exercício do poder democrático tão perto quanto possível daqueles que por ele são afectados. Conscientes desta realidade o primeiro Governo Regional da responsabilidade do P.S., adoptou uma política de cooperação com as Autarquias Locais estabelecendo um novo tipo de relacionamento que se materializou, desde logo, na criação de um departamento governamental, no âmbito da Presidência do Governo Regional, com competências próprias nessa área, de forma a permitir uma eficácia e coordenação entre a administração Regional e as autarquias da Região.

De facto, foi sentida pelo Governo do P.S. a necessidade em incrementar essa ligação, de modo a permitir uma resposta mais célere aos problemas com que se debatem as autarquias, bem como dignificar o Poder Local democrático, privilegiando um contacto directo na busca de soluções comuns, no respeito mútuo que sempre deverá existir entre órgãos com competência e atribuições próprias.

De salientar que a colaboração entre os dois níveis de administração é ainda mais importante numa Região pequena como a nossa.

O resultado prático dessa ligação materializou-se na celebração de contratos de Cooperação Financeira Indirecta, bonificação dos juros resultantes de empréstimos contraídos pelos municípios. Pelo programa do Plano da responsabilidade do Secretário Regional Adjunto da Presidência, foram contratualizados nos anos de 1997/2000, 49 projectos, num valor total de investimento de 8,2 milhões de contos a que correspondem empréstimos no valor de 1,2 milhões de contos.

Relativamente ao Programa de Cooperação Financeira Directa com as Juntas de Freguesia, entre os anos de 1997 e 2000, e para efeitos de aquisição de Mobiliário e Equipamento, o VII Governo Regional atribuiu apoios no montante global de 69.790 contos, o que representou um acréscimo de 46,5% relativamente ao investimento efectuado pelo último Governo do P.S.D. Para além disso, procedeu-se à informatização de todas as juntas de Freguesia da Região, dotando-as de equipamentos e formação adequada às suas necessidades .

No que diz respeito à Cooperação Financeira Directa com as juntas de Freguesia, durante o último mandato, e relativamente às Reparações/Aquisições de Novas Sedes, foram prestados apoios no valor de 186.103 contos, que representou um acréscimo de 21,5% relativamente aos apoios concedidos pelo anterior Governo da responsabilidade do P.S.D.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa igualmente realçar que o VII Governo Regional, desde a sua tomada de posse, estabeleceu, com os Municípios da Região, 80 Contratos ARAAL de Colaboração e de Cooperação, o que representa um investimento superior a 5,5 milhões de contos.

Importa também clarificar que as atribuições e competências das autarquias, o seu financiamento e organização resultam da nossa Constituição e das leis gerais da República, e, como consequência desse facto, não foram obras de qualquer Governo Regional.

No entanto, há que pôr em evidência que na fase de elaboração da Lei das Finanças Locais actualmente em vigor, lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, foi por influência directa e legítima do VII Governo Regional, do P.S., que se conseguiu uma diferenciação positiva com a introdução de um factor de ponderação de 1,3 para a população da Região Autónoma dos Açores, no cálculo de Fundo de Garantia Municipal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No quadro legal vigente desenvolve-se a cooperação técnica e financeira entre a administração regional e as autarquias da nossa Região Autónoma dos Açores. Há que realçar algumas vertentes da sua concretização relativamente ao tempo do mandato do 1.º Governo Regional do P.S. bem como do mandato em curso do actual Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se a indicação dos números que referi da cooperação, não obstante o seu significado na concretização de tantos projectos de interesse e desenvolvimento regional, não fosse suficientemente elucidativo, o relacionamento franco e privilegiado das administrações regional autónoma e autárquica é também feita no dia a dia da colaboração técnica prestada, pelos diversos Departamentos da Administração Regional, no exercício das suas competências.

O relacionamento responsável e o interesse público subjacente determinam que se continue a realizar anualmente um encontro com os responsáveis das autarquias (presidentes de câmaras e assembleias municipais, vereadores), que a partir de 1998 assumiu a designação de Seminário para Eleitos Locais, realizados com a preocupação de, concentrando temas de actualidade e interesse manifesto, fazer a sua apresentação promovendo a reflexão e o debate, envolvendo o membro do Governo da tutela, dirigentes e técnicos da administração regional.

No seu programa eleitoral para esta legislatura, este Governo tem como meta os seguintes objectivos e medidas a executar:

O relacionamento com as autarquias locais está a efectuar-se através da coordenação dos actos e mecanismos de cooperação e do reforço dos contactos institucionais. Esse relacionamento deve ser sempre estabelecido na base das competências próprias de cada órgão, procurando soluções comuns e não de confronto. O papel das Autarquias, devido à sua proximidade com o cidadão, deverá ser realçado e apoiado sem discriminações;

Deste modo, o VIII Governo prosseguirá a cooperação financeira com as autarquias locais, o apoio técnico relativamente a todas as fases de acompanhamento de candidaturas aos fundos comunitários

e à cooperação do Governo Regional, bem como na coordenação e centralização da informação respeitante ao investimento municipal co-financiado;

O contacto permanente com o Poder Local passa igualmente pela realização de visitas técnicas às câmaras municipais, pela análise, elaboração de pareceres e acompanhamentos da execução financeira dos projectos municipais, pelo apoio técnico aos municípios e freguesias na área das finanças locais - aplicação da nova lei das Finanças Locais – e pela análise dos instrumentos financeiros (orçamento, planos de actividades e contas de gerência) das autarquias;

De igual modo, o projecto do INFOCID-Açores permitiu a inclusão de informação relativa a pagamento de serviços prestados pelos Municípios da Região iniciativa que se espera e que possa a ser aproveitada pelas nossas Autarquias;

A realização de inspecções junto da Administração Local, competência da Inspeção Administrativa Regional, deverá ser sempre entendida, quer como um acto normal de fiscalização, quer, fundamentalmente, como uma forma de colaboração e de permitir uma melhor e mais eficaz gestão dos recursos disponíveis. Esse trabalho decorrerá em função de um plano previamente definido;

Foram também estabelecidos protocolos com os municípios visando a sua participação no processo de emissão de passaportes, melhorando os mecanismos da obtenção destes por parte dos interessados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com estes pressupostos, suponho que estão criadas as condições para poder corresponder ao que os Açorianos exigem, e ainda bem, para que todos os responsáveis da administração regional e local trabalhem com empenho e com transparência para assim poderem servir melhor o interesse do bem comum.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando da aprovação do Programa do VIII Governo Regional dos Açores, em Dezembro de 2000, tive a oportunidade de nesta tribuna e pela 1ª vez, proferir uma intervenção cujo tema centrava-se no âmbito do Turismo. Afirmei então que este sector constitui uma actividade fundamental pela capacidade intrínseca de gerar riqueza, criar postos de trabalho, estimular o desenvolvimento regional, valorizar a cultura e a natureza, exercendo assim um efeito multiplicador sobre toda a economia.

De facto, para aqueles que acreditam no nosso modelo de desenvolvimento que pressupõe uma nova atitude, uma nova forma de pensar e agir e porque acreditamos e queremos assegurar o futuro dos Açores nas próximas décadas, temos um plano de Desenvolvimento estratégico nunca antes experimentado nos Açores. Vamos melhorar a dinâmica do desenvolvimento económico, vamos favorecer a qualificação das pessoas e estabilizar o mercado de emprego, vamos reinvestir nas redes de estruturas do território e no reforço da nossa posição geo-económica, vamos promover o equilíbrio sustentado do território, vamos melhorar as condições de vida dos açorianos e dos níveis de protecção, inserção e solidariedade social.

Nos Açores vive-se um clima de confiança, assiste-se a uma nova concepção de desenvolvimento sustentado da economia. Criámos factores inéditos de confiança e suscitámos níveis executados e potenciais de investimento privado sem precedentes na Região. Por isso, sentimos orgulho na nossa já curta história de governação socialista. Não posso deixar de exprimir este sentimento porque para nós socialistas o desenvolvimento contém elementos afectivos.

Importa, talvez tentar perceber-se o conceito de desenvolvimento. Até aos finais da década de 60 do último século, recuando portanto 40 anos, desenvolvimento confundia-se com crescimento económico. Foi então que se começou a dar importância aos factores residuais do crescimento, como a educação, o capital humano o progresso tecnológico. Foi também nessa altura que se questionaram os objectivos economicistas essenciais ao desenvolvimento. Nessa altura surge a

necessidade de se olhar com mais atenção para os aspectos sociais; a saúde, a educação, o bem-estar e o conforto surge assim uma nova atitude; as políticas de desenvolvimento deviam apontar para o crescimento com equidade (Justiça Social distributiva). O desenvolvimento, pressupõe o combate às assimetrias sociais, bem como às assimetrias territoriais. O nosso modelo de desenvolvimento implica a participação activa de todos.

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA) apresenta como 1º grande vector de orientação estratégica da política de desenvolvimento **Potenciar a Dinâmica de Desenvolvimento Económico** apontando para o incremento de competitividade e parceria para os sectores da Agricultura, Pescas e Indústrias Transformadoras em consonância com o fomento da diversificação do sistema produtivo, designadamente na afirmação crescente, em termos de valor acrescentado e criação de empregos, do Turismo e outros serviços.

A transversalidade da actividade turística sobre toda a economia tem um efeito multiplicador envolvendo, o comércio, a indústria, o artesanato, a gastronomia, a cultura, o património natural e histórico, as acessibilidades.

Não restam dúvidas de que existe uma vocação natural do arquipélago para o turismo fora do contexto tradicional (sol-praia), o nosso produto turístico tem um enorme potencial nas vertentes natureza, património histórico e cultural, desportos náuticos, golfe e turismo rural.

Nos primeiros 20 anos de Autonomia houve em alguns PMP manifesta vontade de apostar no desenvolvimento da actividade turística, mas de facto não passou de um plano de intenções, porventura bem pensado mas nunca executado. Os Açores estavam fechados para o Mundo. Comentava-se então nalguns corredores dos Ministérios do Governo da República que os Açorianos não estavam interessados nas verbas para a promoção do turismo realizadas pelo ICEP. A Região Autónoma da Madeira levava a maior fatia do bolo, porque além das suas verbas levava também as que eram destinadas aos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Com a Nova Autonomia, os Açores passaram a reivindicar aquilo a que tinham direito, este facto é incontestável.

Os Açores nunca foram tão falados e isso é motivo de alegria porque é uma conquista dos Socialistas e do seu Governo.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também já tive oportunidade de afirmar em intervenções anteriores que hoje estamos, cada vez mais, perante novas formas de turismo e lazer, e um novo perfil de turista. É necessário criarem-se as condições que permitam a satisfação do consumidor, pois com as novas tecnologias de informação, os cidadãos possuem um melhor e mais aprofundado conhecimento das regiões. Segundo estudos feitos pela União Europeia têm prioridade os problemas do meio ambiente, a qualidade da oferta turística e o respeito pelo património e a cultura.

O PMP 2001/2004, documento que se encontra agora em apreciação nesta Câmara, no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo apresenta como grandes objectivos: - valorizar e diversificar a oferta turística regional; aumentar a notoriedade nacional e internacional do destino turístico açoriano e minimizar a sazonalidade da procura turística. Para alcançar um turismo competitivo, sustentável e de qualidade é necessário implementar linhas de orientação estratégicas para o sector. Planear de forma integrada e ordenar o território; estruturar e diversificar os produtos; fomentar o emprego e o profissionalismo; redefinir a promoção e o marketing turístico; aumentar e modernizar a oferta hoteleira; aumentar e dinamizar a oferta de animação turística; reforçar a promoção institucional e privada do destino Açores, dirigida a mercados alvo e fomentar uma cultura de turismo.

Tendo em conta os objectivos enunciados, os projectos definidos, já existem impactos que podem de facto demonstrar que o turismo é um sector em crescimento. As campanhas de Promoção Turística são visíveis quer na televisão quer em jornais e revistas de grande tiragem. A nossa presença em feiras da especialidade, é reveladora do sucesso já alcançado e ainda em Janeiro deste

ano fomos presenteados com o 1º prémio na BTL. O enorme número de unidades hoteleiras em construção na Região é uma realidade. A criação de mais 4000 camas ao nível do alojamento hoteleiro e de 300 unidades de turismo em espaço rural. A criação de mais mil postos de trabalho para o sector turístico, a recuperação de três unidades termais nas Ilhas do Faial, da Graciosa e de São Miguel. A criação de um centro cultural e de congressos em São Miguel, a conclusão do parque de campismo das Furnas são motivos de orgulho para a governação socialista.

Os empresários açorianos mostram optimismo relativamente ao nosso desenvolvimento económico. Em Fevereiro de 2001 o então presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores defendeu numa entrevista à Revista Saber Açores que os “indicadores disponíveis apontam para um crescimento da nossa economia”, defendendo ainda que “o turismo é o sector onde se deve apostar” apelando para que “o sector venha a crescer de forma sustentada e que esse crescimento possa ir substituindo a dependência do sector primário”. Enquanto que os empresários estão confiantes na nossa economia outros, os pronunciadores da desgraça, advogam o caos, para esses tudo está mal, tudo não passa de um sonho cor-de-rosa, que começa a dar sinais de insustentabilidade. Felizmente os Açorianos sabem que tudo isto não passa de meras palavras, de inverdades proferidas por aqueles que pensaram, pensaram mas pouco concretizaram.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é um insulto aos açorianos!

A Oradora: O Plano de Ordenamento Turístico da RAA, modelo de desenvolvimento de médio e longo prazo que já foi adjudicado, é certamente um instrumento de referência orientador do futuro do turismo nos Açores. Este Plano traçará os objectivos e as estratégias de actuação para os diversos agentes envolvidos na actividade turística regional, quer públicos quer privados.

O PMP 2001/2004 tem programado um investimento de 6.616 milhões de contos, a distribuir da seguinte forma 1,641 em 2001, 1,520 em 2002, 1415 em 2003 e 2,040 em 2004.

É de salientar ainda, que além deste investimento, existem ainda os sistemas de incentivos regionais e nacionais que contêm verbas para o investimento na actividade turística. Ainda a iniciativa Comunitária Líder + também prevê verbas para o turismo em espaço rural. A primeira linha de orientação estratégica deste programa é precisamente ganhar o espaço rural para o turismo com a finalidade de valorizar o ambiente e o património cultural enquanto mais valias regionais.

Terminaria esta minha intervenção com as palavras proferidas pelo professor Armando Narciso no I Congresso Açoriano, que julgo terem grande actualidade, apesar de terem sido escritas na década de 40 do século anterior.. Passo a citar: “Há quem diga, em linguagem pitoresca, que o turismo é a indústria que manufactura e exporta o clima e a paisagem. E, na verdade, o turista que leva, dum região, os benefícios causados pelo clima e pelas águas medicinais e a recordação grata dos quadros panorâmicos, dos costumes populares e das obras de arte, provoca uma exportação, exportação que como qualquer outra, faz entrar ouro estrangeiro”.

Tenho dito.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Consola a ouvir!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Contenta-se com qualquer coisa. Não é difícil!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A Sra. Deputada referiu que este Governo tinha desenvolvido a recuperação de unidades termais e referiu-se especificamente ao Faial e gostaria que me informasse qual foi a unidade termal no Faial que foi recuperada?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Gostaria de informar o Sr. Deputado que o processo de recuperação das Termas do Varadouro, julgo que há um projecto e penso até que já houve a sua apresentação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Um esclarecimento simples.

Como sabem as Termas do Varadouro tiveram um problema no passado com o sismo de 98 que submergiu a fonte termal que dava origem àquelas termas.

Entretanto, a Câmara Municipal da Horta tinha, de facto, feito um furo a cerca de 2 km de distância que permitia ter em consideração que as águas provenientes deste furo seriam semelhantes às águas termais utilizadas nas Termas do Varadouro.

Já por duas vezes vieram a este local técnicos do Instituto Geológico Mineiro para observar e tirar amostras dessas águas e tentar aproveitá-las para a zona termal.

Está adjudicado também a uma empresa da especialidade a possibilidade da recuperação de todo aquele espaço.

Sem o conhecimento profundo desta água não haverá certamente possibilidade de recuperar as Termas do Varadouro, porque necessitam de uma água que seja comprovadamente termal.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte.

Deputado João Ponte (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um dos desafios que cabe a cada um de nós, enquanto deputados, é o de estarmos empenhados, de forma responsável e consciente, na promoção de políticas que levem à redução das assimetrias sociais e económicas dos diferentes concelhos e freguesias dos Açores, de modo a promover-se o desenvolvimento integrado e equilibrado da Região.

Hoje não persistem dúvidas de que o sector das obras públicas é um dos que mais contribui, por força dos investimentos que são realizados, para a redução destas assimetrias.

Efectivamente, o sector da construção civil desempenha um papel importante na economia regional, quer em termos de emprego directo gerado – cerca de 15% da população activa, quer, ainda, na contribuição para o Valor Acrescentado Bruto.

Para a conjuntura económica favorável que se verificou nos últimos quatro anos nos Açores, foi decisiva a contribuição do sector da construção civil, onde as obras públicas apresentam um peso significativo, com um plano de desenvolvimento de obras faseadas em volume e no tempo e no cumprimento dos prazos de pagamento aos empreiteiros e fornecedores.

É prática corrente a defesa de mais e avultados investimentos para as nossas ilhas, concelhos e freguesias, porém, também no pedir tem que haver bom senso e razoabilidade, pois os recursos financeiros não são ilimitados, e não devemos, nem podemos, colocar em causa o modelo de desenvolvimento económico sustentado da Região.

A política de investimentos, no domínio das obras públicas executadas na última legislatura e as previstas no âmbito do presente Plano a Médio Prazo, revela o esforço do Governo Regional em reduzir o atraso estrutural a que os Açores estavam acometidos.

Para se atingir patamares de desenvolvimento económico e social, semelhantes aos verificados na União Europeia, que teimosamente, e bem, ansiamos, é imprescindível melhoramos e reforçamos as nossas acessibilidades, onde o sistema de transportes rodoviários assume-se como uma das componentes fundamentais.

Em matéria de Obras Públicas este Plano corporiza o objectivo orientador do Programa do Governo, num aumento da eficácia e operacionalidade do Sistema Rodoviário Regional, melhorando as acessibilidades mediante a construção de novos troços de estradas e de obras de arte, bem como, pela conservação e reabilitação das vias existentes, dando resposta ao crescimento do parque automóvel, em circulação, de cada ilha.

Nesta vertente assume papel relevante, pela dimensão dos respectivos parques automóveis em circulação, e tráfego que geram, e ainda, pelo abandono a que foram votadas, durante largos anos, as suas estradas, os investimentos previstos no Plano a Médio Prazo para as ilhas de São Miguel e Terceira, que totalizam cerca de 21 milhões de contos.

A melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a constituir matéria de extrema importância e prioridade nas ordens de preocupações deste Governo. A melhoria das condições de circulação das nossas estradas, o reforço da sinalização vertical e horizontal das nossas vias, contribuirão para o aumento da segurança do Sistema Rodoviário Regional, e para a redução dos índices de sinistralidade que persistem nas nossas estradas.

No âmbito do Sistema Rodoviário Regional, o Plano a Médio Prazo reserva um montante de 25,5 milhões de contos, cerca de mais 35% (a preços de 2000) do que o último plano do governo de responsabilidade do PSD.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar dos progressos que ocorreram nos últimos anos, e da situação de quase pleno emprego que atravessamos, são ainda em número considerável as famílias que não tem acesso a uma habitação condigna, que queremos que todos tenham direito.

Por outro lado, os aspectos relacionados com a segurança estrutural do nosso parque habitacional – onde grande parte das habitações não possuem elementos resistivos em betão armado e o potencial crescimento da população açoriana, impõe-nos a necessidade de continuar a renovar e ampliar o parque habitacional dos Açores.

O grande impulso dado à área social através de um crescimento da construção de habitação e da recuperação de habitação degradada, constituiu um sector fundamental e prioritário da acção do primeiro mandato do Governo Regional do Partido Socialista, tendo com isso contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento sócio-económico e estrutural da nossa população.

Prova disto foi o esforço financeiro assumido pela Região, na ordem dos 11 milhões de contos em investimento directo, mais cerca de 12 milhões de contos assumidos pelo INH nos acordos de cooperação com as Autarquias Açorianas.

Estimular o acesso à habitação própria, será uma das políticas da Habitação do VIII Governo Regional, através da criação de condições e mecanismos favoráveis aos cidadãos de determinados estratos sociais acederam, por iniciativa própria, à melhoria da sua situação habitacional. Não devemos ter dúvidas que a implementação de uma política favorável à aquisição de habitação própria, trará grandes benefícios ao agregado familiar, reforçando a sua privacidade e preservando a intimidade pessoal dos seus membros, para além, de ser um factor de fixação de pessoas e famílias nas zonas mais rurais, podendo ainda retrair o fluxo de jovens para os meios urbanos.

O direito constitucional dos cidadãos em possuírem uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, encontrou, no Programa do VIII Governo Regional do Partido Socialista, a determinação e vontade de concretizar, o mais possível, tal objectivo social. Este Plano, materializa esta vontade com a afectação de um verba significativa, cerca de 6 milhões de contos, na promoção de políticas de apoio à construção ou aquisição de habitação.

Continuará a ser uma preocupação deste Governo a recuperação das habitações sem condições mínimas de habitabilidade, dotando-as de conforto, salubridade e segurança, elevando assim a qualidade de vida das populações.

A necessidade de se proceder a uma intervenção com o objectivo de preservar o nosso património arquitectónico e urbanístico, passará por uma aposta clara na reabilitação urbana e na conservação do tecido habitacional regional.

A este objectivo, será associada um nova preocupação, na salvaguarda das populações, no que se refere à segurança sísmica, com a adopção de um conjunto de medidas que melhorem a resistência das habitações aos fenómenos sísmicos.

Por todos estes argumentos, só haveria um caminho possível, o de continuar a aposta no investimento na habitação.

No programa da Habitação, o Plano a Médio Prazo reserva um montante de 11 milhões e 450 mil contos, cerca de mais 22% (a preços de 2000) do que o último plano do governo de responsabilidade do PSD.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é constatável, o passado do Partido Socialista, apesar de curto, marcou de forma positiva e indelével, em matéria de obras públicas e habitação, o desenvolvimento desta Região e a recuperação do seu atraso estrutural.

Já por diversas vezes foi reafirmado nesta Assembleia, pelo maior partido da oposição, e quando se fala da acção governativa do passado, que “o PS também já tem passado.”

Efectivamente, o PS já tem “passado” governativo, do qual os socialistas e muitos não socialistas se orgulham.

O sucesso governativo deste Governo, em áreas como as Obras Públicas e a Habitação, a que não serão alheios os resultados eleitorais que permitiram uma nova maioria parlamentar de apoio ao

Governo nesta Assembleia, contribuíram para a redução das assimetrias sociais e económicas das diferentes Ilhas e para o reforço da promoção do desenvolvimento integrado e equilibrado da Região.

A referência atrás referida não se enquadra na prática do auto-elogio do Governo, muitas vezes insinuada pelos partidos da oposição, mas sim consubstanciada na constatação efectiva e real de factos e obras, que o passado registou, o presente testemunha e o futuro confirmará.

De facto, estamos perante aquilo a que o PSD chamou, a quando da discussão do Programa do Governo, da “política dos quatro Ps” (“Promessas, Projectos, Propostas e Primeiras Pedras”), e à qual o PS acrescentou um P, transformando-a na política dos cinco Ps (“Promessas, Projectos, Propostas, Promoção e Pagamentos em Dia).

(Risos da bancada do PS)

É nesta linha de actuação política que Açorianos esperam que o VIII Governo Regional dos Açores continue a promover e a desenvolver um conjunto de políticas que potenciam o desenvolvimento integrado, económico e social das suas localidades.

Os Açorianos esperam e merecem, na certeza que continuarão orgulhosos do VIII Governo Regional dos Açores do Partido Socialista.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições. Peço a vossa atenção para os tempos ainda disponíveis que o Sr. Secretário vai divulgar.

Secretário (Raúl Rego): Tempos disponíveis:

PS – Tempo gasto 276m, tempo disponível 24m;

PSD – Tempo gasto 197m, tempo disponível 13m;

PP - Tempo gasto 54m, tempo disponível 6m;

PCP - Tempo gasto 47m, tempo disponível 13m;

Governo – Tempo gasto 216m, tempo disponível 84m.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos da parte da manhã. Retomamos às 15 horas com as intervenções finais, seguindo-se depois a votação dos documentos em apreciação.

(Eram 13 horas e 15 minutos)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 30 minutos)

Vamos dar início às intervenções finais relativas ao debate que efectuámos.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está a chegar ao fim este longo debate do Plano e Orçamento para 2001 - 2004.

O Grupo Parlamentar do PCP veio para este debate com uma orientação clara, definida pelas II Jornadas Parlamentares do PCP e que tive oportunidade de explicitar na intervenção inicial. Procuramos seguir com rigor e total coerência essa orientação.

É importante precisar, neste momento, as razões da nossa opção.

O PCP e a CDU/Açores defendem intransigentemente a economia produtiva regional, isto é, defendemos há muitos anos o direito de produzirmos de acordo com as nossas potencialidades; defendemos, não menos intransigentemente, que sejam realizadas políticas sociais que visem o combate à exclusão social e a introdução de muito maior justiça social; defendemos uma política evolutiva de justa compensação dos trabalhadores pelos custos acrescidos gerados pela

insularidade; defendemos uma política e práticas que visem combater e diminuir o trabalho precário; defendemos uma política de saúde que vise garantir a existência de um eficiente Serviço Regional de Saúde, generalizado e tendencialmente gratuito; defendemos a realização de uma política educativa coerente, assente na valorização e dignificação da instituição Escola e na participação de toda a sociedade; defendemos uma política na área da cultura que vise criar condições generalizadas de fruição cultural e apoios isentos à criação cultural; defendemos uma política ambiental moderna, preservadoras do nosso património natural e que vise criar uma melhor qualidade de vida.

Somos uma força política que procura, coerente e permanentemente que sejam criadas condições para que exista um desenvolvimento com verdadeira e generalizada repercussão social. Somos uma força política que defende e defenderá sempre os mais desfavorecidos. Somos uma força política que valoriza e valorizará sempre o trabalho e defende e defenderá sempre os trabalhadores, sejam por conta de outrem, sejam por conta própria.

É neste contexto geral que teríamos que optar, ou por absolutizar as diferenças, as divergências, as críticas e as reservas, por vezes profundas, que temos em relação às propostas governamentais de Plano e Orçamento para 2001 e de Plano de Médio Prazo 2001 - 2004, ou então por procurar, através de diálogo político contribuir para alguns equilíbrios em dotações e principalmente algumas clarificações de orientação.

Optámos responsabilmente por esta última via e procurámos neste debate, deixar bem clara essa opção e a postura que dela resulta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao definirmos este tipo de comportamento tivemos também que fazer outro tipo de opções, nomeadamente, no que toca às áreas e matérias que privilegiaríamos nesse diálogo.

Surgiu desde logo, em primeira linha, a nossa preocupação pelos sectores produtivos em geral e pela agricultura e agro-pecuária em especial. Apresentámos, neste Plenário a visão que temos da política agrícola que pensamos ser necessária. Colocámos questões concretas ao Secretário Regional da Agricultura e embora saibamos que vivemos e continuaremos a viver num período de grande indefinição quanto ao futuro e que essa indefinição exige uma permanente atenção e mobilização do sector, obtivemos da parte do Governo o compromisso público de que não visa diminuir a importância económica relativa do sector e de que não visa impor produções de leite abaixo dos limites comunitariamente estabelecidos. Obtivemos também resposta de que irá ser realizado um profundo debate preparatório com o sector sobre a postura regional a adoptar no crucial processo de negociação intercalar da quota do leite em 2003. Será aqui o momento adequado para deixar o repto de que este assunto seja tratado por todos os partidos com o espírito de um “pacto de regime” tal importância que assume essa negociação para o futuro da economia regional.

Neste sector o Governo reconheceu ainda que muito há que fazer na área das infraestruturas agrícolas, pelo que apresentaremos propostas tendentes ao reforço, no quadriénio, das verbas para a rede viária rural e apresentaremos também uma proposta que visa a elaboração de plano regional de recuperação dos caminhos rurais.

Quanto à área da pesca, foi afirmado pelo Governo, perante esta Câmara, estar em fase final de preparação um fundo de garantia salarial tendo nós defendido ser indispensável que essa medida fosse encontrada e estabelecida num quadro de diálogo com o sector, nomeadamente com os representantes dos pescadores.

Defendemos perante o Governo a visão que temos da política educativa e a necessidade que existe de haver uma política educativa muito mais profunda no que respeita à orientação e muito mais objectiva no que toca ao investimento no parque escolar.

Na sequência deste último ponto anunciámos ontem que iremos apresentar uma proposta de alteração no que toca à nova Escola Secundária da Horta e que visa garantir de forma segura o arranque dessa obra em 2003 e não em 2004.

A proposta em apreço visa, não só assegurar o arranque no ano anterior ao previsto como garante a continuidade da obra no último ano do quadriénio.

Defendemos na área da política social ser necessário rever as metodologias usadas na programação da construção e renovação das infraestruturas de apoio social, aos idosos e à criança e iremos

apresentar nessa área uma proposta de alteração, muito objectiva, que visa o arranque este ano e a conclusão no quadriénio do Lar de Idosos do Concelho das Lajes das Flores, velha necessidade sentida desde 1976 e antiga aspiração que une todos os florentinos.

Defendemos neste Plenário a necessidade de haver uma política evolutiva de consolidação e actualização da compensação dos trabalhadores pelos custos da insularidade e obtivemos do Governo a garantia de que as melhorias legislativas introduzidas, pelo Decreto Orçamental, no articulado dos diplomas do Complemento de Pensão e da Remuneração Complementar, serão vertidas para a legislação comum, o que representa um passo significativo na consolidação legal daqueles conceitos.

Informámos em Plenário estarmos de acordo com a programação financeira no que respeita a reconstrução das ilhas atingidas pelo sismo de 9 de Julho de 1998, não deixando de sublinhar as preocupações que a execução material deste processo nos levanta e reafirmamos a nossa determinação em continuar a contribuir para a boa resolução de situações difíceis e concretas que resultam deste processo.

Dentro do tempo que o Regimento nos atribuiu procurámos aplicar com rigor a opção de abordagem concreta de orientações e problemas concretos que afectam ou interessam ao conjunto desta sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permita-se-me uma reflexão mais sobre a economia regional.

O turismo aparece hoje com um sector económico com uma potencialidade renovada. O Governo Regional afirma apostar nesse sector, o que nos parece bem, mas essa situação exige uma clarificação rigorosa. O desenvolvimento dos Açores depende actualmente em 45% do desempenho da cadeia de valor da Agricultura, 4% do turismo, 3% da pesca e 48% da dinâmica de apoio externo.

Estes valores permitem e indiciam o raciocínio de que o desenvolvimento do turismo é muito importante e para que se dê, não é necessário pôr em causa aquelas que são as nossas essenciais capacidades produtivas.

Afirmaria mesmo que perante a perspectiva, diria que inevitável, de haver uma diminuição da dinâmica de apoio externo, é indispensável que sectores como o turismo se expandam e consolidem. Sublinho entretanto, que nesta linha de raciocínio, estamos no essencial a acrescentar, a harmonizar e a fortalecer a economia regional e não estamos a minar, diminuir ou desaproveitar as nossas capacidades produtivas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra final para sublinhar o facto da postura que assumimos não significar existir uma linha de concordância geral com as políticas e algumas práticas do Governo.

As discordâncias, as divergências e as concepções diferentes não só existem, como são bastante acentuadas.

Entretanto perante o facto de podermos exercer a nossa acção política contribuindo para um processo social e político que se quer dinâmico e que desejamos participado não hesitamos e participamos.

Aqueles que confiam em nós sabem que este esforço, por vezes difícil, é o caminho mais certo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Será em consonância com tudo o que afirmámos que iremos conduzir as nossas votações.

Será sempre em consonância com os nossos princípios e valores que continuaremos a conduzir a nossa acção política.

Disse

Muito Obrigado

Presidente: Para uma intervenção final, em nome do CDS/PP, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao longo dos últimos quatro anos, a apreciação, pela Assembleia, dos Planos e Orçamentos do Governo Regional, deu origem aos momentos de mais intensa discussão parlamentar e de maior expectativa política.

Agora, perante um Governo com maioria absoluta, a situação é bem diferente, pois prevalece apenas a vontade do Partido do Governo, o que certamente não será o melhor para se atingir as soluções mais úteis e mais equilibradas para o conjunto da sociedade açoriana.

Há um ano consubstanciaram-se importantes decisões dos Partidos da Oposição no sentido da diminuição dos impostos e do aumento das Pensões e da Remuneração Complementar.

Infelizmente, agora não foi possível prosseguir esta importante medida, já que o Partido Socialista votou contra o aumento para 25% da redução do IRS.

Apesar de tudo, os Açorianos vão continuar a beneficiar pelo menos das reduções de 20% no IRS e de 30% no IRC, que a oposição conseguiu no passado.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Partido Popular não pode estar de acordo com um Orçamento que no geral se afigura expansionista, mas que não contempla um aumento condigno do Complemento de Pensão para os reformados e Pensionistas da Região.

O Partido Popular tinha proposto que para este ano o Complemento de Pensão, tivesse um aumento de 25%, passando de 6.000\$ para 7.500\$00.

Um aumento de 1.500\$00 mensais traduzia um esforço orçamental perfeitamente possível e compensador para aqueles que já deram uma vida de trabalho à sociedade e ainda auferem pensões de miséria, que a todos nos envergonham e põem em causa o sentido de justiça da nossa democracia e da própria autonomia, naquilo em que ela poderia corrigir.

Inacreditavelmente o PS chumbou essa proposta e apresenta agora uma envergonhada actualização de 6,5%, valor um pouco acima da inflação, que corresponde apenas a 400\$ mensais.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

O Partido Socialista tem o hábito de acusar injustamente a Oposição de não indicar o cabimento orçamental das suas iniciativas.

O Partido Popular não tem qualquer dúvida de que num Orçamento anual superior a 200 milhões de contos, se houvesse um mínimo de vontade política os Socialistas encontrariam cabimento para aumentar em 1.500\$ mensais os Reformados e Pensionistas da Região que auferem menos do que o salário mínimo, e em menor percentagem os que o ultrapassam mas não pagam impostos.

Governar é fazer opções. Não se pode gastar no “farelo” e depois vir dizer que não se tem dinheiro para a “farinha”.

Nunca a Região teve tantos meios financeiros ao seu dispor, é o próprio Governo Regional do PS que o apregoa.

Por isso, não encontra cabimento orçamental para actualizar condignamente os Pensionistas, porque o não quer.

Durante o debate, tivemos oportunidade de apresentar vários exemplos bem elucidativos da insensibilidade do PS para esta magna questão social.

É isso que nos distingue dos Socialistas.

Mas há muitos outros critérios e prioridades neste Plano Anual e de Médio Prazo que merecem as maiores dúvida e até discordância.

Este Governo Socialista reservou no PMP para apoio à investigação científica e tecnológica uma verba de 8,5 milhões de contos.

Parece-nos um exagero numa região com a nossa dimensão, com o grau de subdesenvolvimento que nos caracteriza, com as carências básicas que nos colocam na cauda do país e da Europa, com um nível de pobreza que nos envergonha, com um grau de analfabetismo assustador, com o maior numero relativo de utentes do Rendimento Mínimo Garantido do país, e naturalmente com um numero de verdadeiros cientistas muito reduzido.

Custa-nos a acreditar que se trate de uma medida prioritária, justa e urgente, aplicar metade dos Impostos que todos os Açorianos num ano pagam em IRS, em apoios à investigação científica no PMP, quando temos as nossas estradas no estado que conhecemos, quando as escolas têm as carências sabidas, quando o serviço regional de saúde está endividado e labuta com limitações quotidianas e quando uma habitação digna ainda é uma miragem para muitos açorianos, incluindo jovens casais da classe média.

Para o Partido Popular este Governo Regional do PS, com este tipo de opções, está a perder a noção da realidade, enveredando por uma megalomania nada consentânea com as reais necessidades e prioridades da maioria dos Açorianos.

O Partido Popular estará atento e compromete-se a fazer as denúncias desta utilização abusiva dos dinheiros públicos, que também são nossos, e que deveriam dirigir-se prioritariamente para a satisfação das necessidades básicas das populações e não para grandezas e fanfarronices.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Os diversos Planos têm vindo a perder algum crédito, na medida em que se têm transformado, em documentos onde os Governos tentam contentar todas as aspirações de cada uma das Ilhas, mas sem atenderem à real capacidade de virem a executar, no período determinado, os projectos e as acções inscritas.

O mais grave é quando já existe por parte do Governo a intenção de não executar alguns daqueles projectos, como ficou claramente demonstrado pelo Partido Popular, durante este debate.

Em cada uma das Ilhas dos Açores todos nós conhecemos imensos casos de promessas, que foram inscritas pelo Governo Regional nos diversos Planos e Orçamentos, mas que nunca foram executadas. Algumas delas remontam ao Plano de 1997.

Aliás, mesmo em relação a Resoluções aprovadas unanimemente pelo Parlamento dos Açores, o Governo Regional de forma prepotente acaba por não as respeitar, mesmo quando são de simples solução, como é o caso das medidas que visam resolver a situação de crise que afecta os taxistas da Região. Bastaria um pouco de boa vontade e alguma competência.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Partido Popular não tem qualquer problema em reconhecer que este Governo Regional do PS, nos primeiros anos do mandato anterior, teve algumas medidas inovadoras e muito positivas para a Região e para as suas populações, algumas delas até propostas pelo CDS/PP.

Porém, à medida que o tempo tem passado, este Governo tem vindo a transformar a sua prática política numa rotina que compromete as expectativas criadas, seguindo aliás um percurso muito semelhante ao que aconteceu com o Governo Socialista da República, que nos últimos tempos já entrou em fase de agonia, arrastando consigo o próprio país, que mergulha a todos os níveis numa preocupante crise, que naturalmente também já vem chegando aos Açores, nos sectores que mais dependem da política nacional.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Este Governo Regional arredou dos seus objectivos a realização das reformas que a nossa Região exige, quer no campo social quer na área económica, sendo notória a crescente insatisfação de diversos sectores face à incapacidade Governamental de dar as adequadas respostas aos crescentes problemas que persistem na nossa sociedade.

É ver a indefinição que paira sobre a lavoura açoriana e a sua insatisfação perante o facto de o Governo Regional não acautelarem devidamente a resolução dos seus problemas, numa perspectiva de futuro, pois que para além de persistirem as limitações estruturais do passado, surgiram novas e graves dificuldades que continuam a ensombrar e a perturbar o sector mais importante da economia regional, com a crónica desvalorização dos seus produtos, a falta de infraestruturas, o mau estado dos caminhos agrícolas e os atrasos nos projectos de investimento.

Se no Turismo, nas ilhas maiores, o sector tem evoluído muito positivamente, nas Pescas, por exemplo, continua a assistir-se a uma grave crise, sobretudo na pesca industrial, com naturais reflexos na respectiva indústria, assistindo-se paralelamente, por parte do Governo, a um tratamento discriminatório para com os pescadores artesanais e em relação a algumas das suas Associações de classe.

Nas áreas sociais, o caos que se vive na Saúde é preocupante e não tem merecido a devida e eficaz resposta por parte do Governo Regional.

Só que o problema parece ser mais profundo e tem a ver com o próprio sistema socialista que preside à filosofia do Serviço Nacional de Saúde, no qual o Serviço Regional se insere. Um sistema que é insensível ao papel do mercado, que trata especialistas de rara sensibilidade como meros funcionários públicos, que ignora o papel das seguradoras e que dispensa o contributo dos que podem participar os custos dos respectivos serviços é um sistema injusto obviamente ineficaz.

Paralelamente o Governo não consegue melhorar o funcionamento do Serviço e gradualmente vai perdendo o controlo sobre os seus custos, permitindo que, de novo, entre numa perigosa derrapagem financeira, com uma dívida que neste momento já atinge os 12 milhões de contos, sem que o Orçamento Regional preveja qualquer solução para este buraco financeiro.

Só lamentamos que os Socialistas se tenham esquecido das receitas que propuseram no passado, quando eram oposição, já que a doença agora é a mesma.

Deputado João Cunha (PSD): Pior!

O Orador: Por último uma preocupação sobre o comportamento do serviço da dívida regional, que já vem crescendo a uma média de 700 mil contos por ano.

Para 2001 prevê-se um acréscimo de 30%, envolvendo já custos da ordem dos 2.7 milhões de contos.

Finalmente uma denúncia sobre a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, que é obra do Governo da República, e que poderia e deveria ser na Região um importante instrumento de assistência social aos excluídos da sociedade, nomeadamente junto daqueles que objectivamente estão incapacitados de auferir o seu meio de sustento.

Pelo contrário, tem-se criado nos Açores imensas injustiças com a aplicação desajustada do Rendimento Mínimo Garantido, o respectivo controlo e a fiscalização não funcionam eficazmente e nalguns casos em vez do Rendimento Mínimo trazer mais gente para o mercado de trabalho está, incompreensível e injustamente, retirando gente do trabalho, tudo isto nas barbas do Governo Regional e à custa daqueles que de forma séria persistem em trabalhar.

Em conclusão: O entendimento do Partido Popular é de que os documentos não traduzem uma programação realista, não atendem a prioridades requeridas por importantes parceiros e agentes económicos e sociais, não contemplam os apoios ao investimento com as dotações necessárias, não apontam para a racionalização da Administração Regional, antes pelo contrário, nem indicam uma vontade de diminuição do peso do sector público na economia, não fazem as melhores opções por forma a dar satisfação aos sectores mais pobres da nossa sociedade.

Por tudo isto, e de forma fundamentada, o Partido Popular vai votar contra estes documentos

Oxalá que os Açorianos não se arrependam da maioria absoluta que deram ao Partido Socialista.

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um governo saído de eleições cria novas expectativas.

Deste segundo governo socialista os açorianos esperavam que cumprisse as velhas promessas, abraçasse novas causas, tivesse coragem reformadora, espírito criativo e visão estratégica.

Ao oitavo governo pede-se que confirme no Parlamento as razões da vitória eleitoral alcançada.

Ainda não o fez.

O PS venceu as eleições, mas começa a não convencer os açorianos.

O que há de novo no reino socialista é apenas a maioria absoluta, que responsabiliza o governo e subtrai-lhe as desculpas.

Os açorianos ainda não sentiram as vantagens da maioria absoluta do PS.

O governo está menos dialogante e julga-se auto-suficiente.

O governo está mais distante do povo e o partido que o suporta é uma extensão do poder, guiado pelo eleitoralismo e comandado por uma rede clientelar, umas vezes disfarçada de “Estado paralelo”, outras descaradamente assumida.

A “força da razão” cede perante a “razão da força”. O governo está fechado sobre si, encantado com o poder, é incapaz de resistir à tentação da propaganda, é propenso ao terrorismo verbal, está vocacionado para comandar a sociedade que não liberta.

Em 1993, no debate sobre o Plano de Médio Prazo e Orçamento, o então Deputado Carlos César acusou o governo do PSD de ter sofrido quatro derrotas.

Primeiro, acusou o PSD de não realizar a solidariedade nacional, mas agora desperdiça as virtudes da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, transmite uma versão pouco ambiciosa da sua revisão, acorrentado que está ao Governo da República decadente, do qual é alma gémea.

Os Açores não podem ser prejudicados pela crise do socialismo de Guterres, no qual a Autonomia Cooperativa se baseia.

A segunda crítica que o então Deputado Carlos César apontava ao governo social-democrata, e passo a citar "... concerne à sua capacidade de contenção das despesas correntes e à priorização das despesas de investimento."

O debate demonstrou que hoje tal crítica assenta neste governo como uma luva.

O estilo socialista é incompatível com a contenção das despesas correntes e se há característica da estratégia de desenvolvimento do PS é que nada é prioritário, pois a todos se dá um doce, mas a ninguém se mata a fome.

A terceira derrota política de que o então Deputado Carlos César acusava o governo social-democrata era, passo a citar "... a derrota política ... do governo, ao partir para uma actividade governativa originalmente informada pela reprovação generalizada dos parceiros sociais que se expressaram, desde as organizações empresariais às sindicais." Fim de citação.

Mais uma vez, ao criticar o último governo social-democrata saído de eleições, o Deputado Carlos César antecipou uma crítica ao Presidente Carlos César.

A coerência discursiva impõe a este governo uma acutilante autocrítica.

O PS teve maioria absoluta, mas está isolado, a sua estratégia não é a dos parceiros sociais, pois a desconcertação social é o fruto mais recente da democracia musculada do PS.

Em 1996, a intensidade crítica dos parceiros sociais era muito menor, sinal evidente de que o segundo governo socialista é pior do que o primeiro, prova irrefutável de que o tempo é o verdadeiro inimigo do PS e do governo.

Que não se diga que as críticas dos parceiros sociais são suportáveis e naturais, porque todos querem mais para o seu sector ou actividade.

Pelo contrário, os parceiros sociais querem o que lhes prometeram, querem que se concretize o que está anunciado no discurso e, em muitos casos, querem outra política, outra estratégia, outro rumo para os Açores.

A última crítica do então Deputado Carlos César era que os Planos de 1993 e 1994 seriam a execução material pré-eleitoral de 1992.

Na verdade são muitos os exemplos de que em 2001 vamos pagar a factura do eleitoralismo do PS no ano 2000.

Criticas de ontem que são verdades de hoje.

Nada é eterno. Muito menos perante incoerências insanáveis.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD está apto a aprender com os erros do seu passado e com os erros do presente socialista.

Os açorianos esperam algo de verdadeiramente novo, que acautele o futuro em vez de o hipotecar.

Não podemos adiar reformas – como a da saúde ou da administração pública; não devemos conviver com incertezas que é o sentimento dominante entre os nossos agricultores e pescadores; não podemos baixar os braços perante a toxicodependência ou a crescente insegurança dos nossos maiores centros populacionais; temos de recuperar o atraso na educação e não a encarar apenas na perspectiva da construção civil; há que enquadrar estrategicamente o desenvolvimento turístico, privilegiar o investimento privado como base do nosso desenvolvimento, garantir a qualidade do nosso ambiente e libertar a sociedade civil – que é um dos maiores desafios da democracia participativa.

Nos últimos e nos próximos anos, considerando os apoios financeiros da União Europeia, vivemos um enquadramento financeiro favorável, mas ao nosso ritmo de crescimento económico levaremos muito tempo, tempo demais para atingirmos a convergência real.

Há oportunidades que estão a ser perdidas.

Entre o que se prometeu e o que se programa e entre o que se programa e o que se realiza vai uma grande distância.

A estratégia de desenvolvimento do governo, que a maioria absoluta do PS irá aprovar, está ferida na sua credibilidade.

O executivo tem quatro anos para confirmar o que prometeu e restituir à sua estratégia a credibilidade perdida.

Os documentos do governo prevêem obras com as quais estamos de acordo, objectivos que subscrevemos, investimentos que aplaudimos.

Este Plano de Médio Prazo e o Plano para 2001 são panfletos eleitorais. Não são boas estratégias de desenvolvimento para os Açores.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Ao maior investimento de sempre tem de corresponder um crescimento económico gigantesco, o ataque final às injustiças sociais, o fim ou o princípio do fim dos constrangimentos estruturais do nosso desenvolvimento.

Em 2002, 2003 e, sobretudo, em 2004 veremos se se confirma o optimismo do governo que, para já, não condiz com as dúvidas dos empresários, dos agricultores, dos pescadores, dos sindicatos, dos alunos, dos professores, dos profissionais de saúde, dos agentes culturais, dos pais e dos filhos, das açorianas e dos açorianos.

Do governo do PS não digo que não faz nada, tem mesmo algumas medidas positivas, digo que fica longe do que prometeu, aquém do que devia fazer e, o pior de tudo, aquém do que podia fazer com os muitos milhões que tem.

O optimismo do governo não condiz com as incertezas do povo e com algum pessimismo que, infelizmente, hoje se sente.

Aos políticos cabe tomar medidas que restitua a confiança no futuro.

O PSD confia nos açorianos, no seu trabalho, na sua inteligência, na sua ambição mobilizadora das melhores energias de um povo que já deu provas de saber ultrapassar os obstáculos.

A democracia tem a vantagem de ser o povo a mudar de governo e não o governo a substituir-se ao povo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Neste debate e na vida política açoriana o governo faz oposição à oposição.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nunca saiu da boca deste governo um único elogio ou reconhecimento do trabalho do PSD.

Neste debate, o PS em cinco horas e com 30 Deputados, não viu um único defeito na estratégia do governo.

Nós criticamos porque é essa a missão de um partido de alternativa.

O PS bem sabe que é assim, porque não fez outra coisa durante 20 anos.

A diferença é que o PSD apresenta e apresentará propostas e também sabe e saberá reconhecer o que está bem.

O aumento das pensões e das reformas e a diminuição do IRS que o PSD apresentou e o PS reprovou foram a primeira prova de que o PSD não prescindirá de apresentar propostas e que o PS está, em regra e por princípio, indisponível para as aprovar.

Também apresentaremos propostas de alteração para o ano de 2001 e desafiamos o PS a aprová-las.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: As nossas propostas não fazem com que uma má estratégia passe a ser boa, mas reforçam o combate à toxicodependência, reforçam as verbas da habitação degradada e do abastecimento de água à lavoura, privilegiam a iniciativa privada com mais meios financeiros para

o incremento à actividade económica e dão resposta à necessidade urgente de compensar os rendimentos dos trabalhadores.

Neste debate o governo privilegiou os que estão à sua esquerda e discriminou os que estão à sua direita.

As nossas propostas não têm cor partidária, são fruto de uma vontade prevalecente nos açorianos.

Sente-se na governação açoriana a falta de um líder que coordene a estratégia de desenvolvimento em vez de coordenar as táticas partidárias.

A um Presidente do Governo exige-se que seja um Presidente para todos e não para alguns, que fomente o consenso e não semeie a guerrilha partidária.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O PSD acaba este debate de consciência tranquila – identificamos os problemas, demos voz a muitos açorianos que não subscrevem a estratégia do governo.

O PSD está a trabalhar todos os dias, ao lado do povo.

O governo com maioria absoluta e tantos milhões, não tem qualquer desculpa para o que não fizer ou fizer mal, apenas terá culpa.

Falta uma legislatura para mudar de governo.

Temos quatro anos para afirmar uma alternativa.

É o que o PSD está fazendo e fará.

Prosseguiremos a nossa política de ajudar os açorianos.

Hoje na oposição.

Amanhã no governo.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Momento da Verdade do Governo!

Assim pensam alguns sobre todo o processo que temos vindo a desenvolver ao longo dos últimos três dias, e que culminará, dentro de momentos, com a votação das propostas do Plano e Orçamento para 2001 e do Plano de Médio Prazo 2001-2004 que o VIII Governo Regional submeteu à apreciação desta Câmara.

Esta afirmação do Momento da Verdade, denota uma visão parcial e limitativa da importância do momento, e constitui uma confissão, ao mesmo tempo de derrota e de impotência, de alguns partidos da oposição, nomeadamente do PP e PSD, face às propostas de investimento que estão perante nós, deputados.

Na verdade, ao falar assim, parecem alguns quererem colocar-se na asséptica política e comodista posição de serem meros espectadores do exercício e da materialização duma determinada estratégia de desenvolvimento para os Açores.

Colocam-se, a eles próprios, redutora e lamentavelmente, no campo de quem nada tem para avançar, abdicando do exercício de um dos mais nobres poderes que aos deputados e aos partidos políticos pode assistir em Democracia: A definição, a modelação do nosso desenvolvimento e, por conseguinte, do nosso futuro colectivo.

É certo que são as propostas do Governo, é certo que estamos perante um concreto trabalho já pensado, já debatido, já analisado pelo Governo. Mas daí a abdicar de forma tão clamorosa dos poderes que o Estatuto confere a este Parlamento vai um passo que alguns partidos não hesitaram em dar com prejuízo para a Autonomia e para esta Assembleia. Aliás, o facto desta postura não ser inédita, nomeadamente da parte do PSD, não atenua, pelo contrário, agrava a perspectiva de pessimismo que enforma a actuação desse partido.

É uma afirmação de derrota e de impotência, uma confissão perante os açorianos:

Derrota no sentido de não conseguir ultrapassar um estado de espírito de crítica permanente, feroz, destrutiva em que a sinceridade de algumas atabalhoadas tentativas de elogio é logo desmentida pela obsessão de criticar, pelo visível prazer do deita abaixo.

Impotência, na medida em que o PSD não conseguiu estabelecer a coerência lógica entre a já velha Nova Esperança e a importância do desafio com que neste momento é confrontado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Estas são propostas do Governo! Mas é aos deputados que compete discuti-las, melhorá-las, aprofundá-las e, por fim, votá-las.

Daí que seja incompreensível a posição de alguns partidos da oposição de, abdicando dos seus poderes, preferirem utilizar o alçapão da maledicência ao palco do confronto de ideias e propostas devidamente analisadas em tempo válido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Espíritos há que teimosamente pretendem fazer passar a ideia de que estes documentos enfermam de um qualquer vício de legitimidade ou de mérito pelo facto de alguns parceiros sociais tecerem críticas às concretas opções parcelares que afectam as áreas da vida económica, cultural e social em que se movem.

Aliás, pelos lados de alguns partidos da oposição, nomeadamente PP e PSD, passam frémios de regozijo pelo facto de surgirem críticas aos Planos por parte dos parceiros sociais.

Como se a grande questão que aqui estivesse em causa fosse a necessidade, obsessiva, absoluta e total, de evitar a existência de críticas, e não aquela outra de definir uma estratégia de desenvolvimento, de fazer opções de investimento, de assumir corajosamente, mas quantas vezes com pena por não ter mais recursos, o que deve ser prioritário e o que não pode ser.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Esta postura de fazer colecção de críticas alheias, usurpá-las e atirá-las contra o Governo como se fosse essa a grande função de um partido político é típica do mais completo desnorte e indecisão.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Os partidos políticos que assim procedem claudicam nas tarefas que por natureza lhes estão confiadas, soçobram no cumprimento do seu desígnio de fazer política no mais nobre e digno sentido da palavra, demitem-se da defesa de um projecto de desenvolvimento que apresentaram aos açorianos e que, nuns casos mais, noutros menos, sempre terá recebido o apoio e a aceitação de, pelo menos, parte do eleitorado.

A grosseira confusão entre aquilo que se espera de um parceiro social e se exige de um partido político é flagrante!

Numa sociedade livre e democrática como a nossa, numa sociedade em que o Governo ocupa o lugar que lhe compete e lhe está destinado deixando espaço e liberdade aos parceiros sociais para que ocupem o que por direito lhes pertence, é legítimo, desejável, e sintomático de uma sociedade democraticamente saudável e de um poder político respeitador, que surjam críticas dos parceiros sociais.

Esse é um direito que lhes assiste como representantes de determinadas áreas económicas, sociais, culturais e empresariais.

As críticas que surgem neste exercício de cidadania, são importantes como manifestação da vontade de uma determinada classe, profissão ou sector económico.

Mas ao Governo, a um bom Governo, como é o caso, exige-se que faça opções, principalmente quando a escassez de recursos é uma realidade.

E fazer opções é exactamente atender num determinado grau às necessidades de um sector e noutro, porventura menor, às necessidades doutro.

Assim sendo, é perfeitamente natural que surjam críticas e opiniões diversas.

Mas a naturalidade com que se encara o exercício desse direito de crítica, não significa menos atenção ou importância dada ao seu conteúdo.

Ora, de um partido político deve esperar-se algo mais pela sua própria natureza e funções.

E é isso precisamente que parece faltar ao PSD.

O PSD assumiu-se, nestes três dias, como a caixa de ressonância das críticas doutros com manifesto e inegável prejuízo para ambos:

Para os Parceiros Sociais, porque pelos excessos do PSD viram as suas críticas usurpadas e instrumentalizadas.

Para o PSD, porque é o indício suficientemente claro da sua incapacidade de avançar com opções diferentes em termos de estratégia global de desenvolvimento para os Açores.

Deputado João Cunha (PSD): Não apoiado!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: A Nova Esperança acantonou-se na crítica fácil; reincidiu em velhos tiques destrutivos; acobertou-se no mutismo quando convidada a participar neste processo de desenvolvimento.

A Nova Esperança de Nova já demonstrou não ter nada, e a Esperança dum postura diferente, jaz morta e enterrada neste Plenário, ao terceiro dia de discussão.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Mas ainda a propósito das críticas dos parceiros sociais, porventura alguém pensa que ao Governo Regional não agradaria satisfazer as necessidades de todos?

Alguém, no seu perfeito juízo pensa que o Governo Regional e o Partido Socialista, tendo os meios para dar resposta positiva a todas as pretensões, por um minuto, por um segundo, hesitaria?

Logo aqui reside o problema! Nas críticas dos parceiros sociais o PSD vê malevolamente má vontade do Governo. Como se o Governo e o PS estivessem rendidos a uma qualquer prática masoquista de ouvir críticas.

Porém, a questão coloca-se a outro nível. Ao nível dum estratégia global de desenvolvimento para os Açores. Mas é, precisamente, este o patamar da discussão a que o PSD se recusa chegar, por comodismo, por desinteresse ou por impotência.

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: O Plano e Orçamento para 2001 e o Plano de Médio Prazo 2001-2004, não saltam do nada para o Plenário da Assembleia. Existe um conjunto de referências políticas de enquadramento destes documentos que não têm sido realçadas ao longo deste debate.

Na verdade, é importante que a Assembleia tenha consciência de que os Planos e o Orçamento têm uma génese parlamentar já aprovada, e não é esta a primeira vez que surge perante o Parlamento a estratégia de desenvolvimento que o Partido Socialista tem pensada, e em parte já concretizada, para os Açores.

A aprovação do Programa do VIII Governo Regional constitui o primeiro momento em que, perante o órgão máximo da Autonomia e à consideração do mesmo foi colocada a perspectiva do PS sobre o caminho que os Açores teriam de trilhar no futuro.

Mas não significa isto, como, desde logo, o Governo e o Partido Socialista deixaram bem claro, que se encare o futuro da nossa Região e as previsões de investimento necessárias ao seu desenvolvimento como uma coutada de um só partido, como o exclusivo de uma só perspectiva.

Desde sempre foi manifestada ao mais alto nível a abertura necessária para analisar e discutir outras visões, novas propostas, diferentes perspectivas, que constituíssem o enriquecimento dos documentos em benefício da Região.

E aqui reside mais um dos aspectos a relevar no comportamento do Governo Regional em todo este processo.

Apesar de usufruir de uma larga maioria parlamentar de apoio, o Governo e o Partido Socialista mantêm uma postura de humildade democrática que já os caracterizou no passado, que se revela no presente e que, temos a certeza, vai manter-se no futuro.

Mas a este espírito de abertura e de diálogo, a este exercício de humildade, a este desafio de participação, houve quem, corajosamente o abraçasse e houve quem lhe retribuísse desprezo e crítica, querendo agora e só agora corrigir caminho e dialogar.

Não perceberam estes últimos que o diálogo para o PS e para o Governo não é um fim em si mesmo, não é praticado para satisfação intelectual ou política dos socialistas, mas corresponde a uma convicção de que é assim que poderemos avançar, corresponde a um grande amor pelos Açores e à vontade de sempre lhes dar o melhor.

(Aplausos da bancadas do PS e do Governo)

A audição, prévia à elaboração dos documentos, de numerosos parceiros sociais, partidos políticos com assento parlamentar constitui igualmente uma circunstância que deve ser relevada como manifestação de um Governo democrático e valorizador da participação de todos.

A tudo isto acresce, mas nessa parte não me deterei, o cumprimento das disposições legais relativas à audição dos parceiros sociais já na fase de apreciação das concretas propostas, a qual decorreram no escrupuloso respeito pelos prazos e entidades a auscultar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista chega ao fim deste debate devidamente esclarecido sobre as propostas, e consciente da importância e do carácter verdadeiramente histórico destes Planos de Investimento na prossecução do desenvolvimento futuro da Região.

Esta é a estratégia que a nossa Região deve seguir, por forma a dar continuidade ao crescimento económico e ao aumento do bem estar social dos açorianos.

Mas a nossa apreciação destes documentos, a nossa concordância com os mesmos, não radica apenas na partilha de pontos de vista no que respeita às opções de investimento que aqui estão previstas.

É a certeza de que, à semelhança do que já aconteceu com o VII Governo Regional, os investimentos previstos são investimentos a realizar.

O nosso voto favorável traduz-se, assim, na soma da concordância ao nível da previsão com certeza da realização.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sai desta Sessão Plenária com a consciência tranquila por iniciar a realização daquilo com que se comprometeu com os Açores, com a satisfação de ter contribuído e participado na concreta definição do nosso desenvolvimento, com o orgulho de, pelo seu voto, a Região iniciar um novo patamar de desenvolvimento construindo um novo século.

Disse!

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Cabe-me, como Presidente do Governo, encerrar, nesta ocasião, os debates parlamentares que nos ocuparam nos últimos três dias, sobre as propostas, por nós apresentadas, que informarão a actividade governativa e influenciarão a evolução da nossa vida económica e social nos próximos quatro anos.

Fazêmo-lo, exactamente, num ano em que se comemoram 25 anos de Autonomia Democrática e no uso dos poderes de autogoverno que dispomos constitucionalmente desde então. Agimos na convicção de que somos capazes – de que temos sido capazes! - de, com mais amor aos Açores do que quaisquer outros teriam, com a nossa criatividade e o nosso trabalho, construirmos os Açores melhores que ambicionamos, de um extremo ao outro das nossas ilhas.

Gerações sucessivas de açorianos lutaram pela possibilidade de viverem momentos políticos e institucionais como este, em que tomamos nas nossas mãos a parte que nos cabe na condução do nosso próprio destino.

Lutámos por mais competências e atribuições, e conseguimos: e, lutámos por mais solidariedade e recursos, e alcançámo-los.

Hoje, temos desafios acrescidos para defendermos a nossa Autonomia, que nos impõem a responsabilidade de tudo fazermos para conciliarmos os açorianos com as suas instituições, para ganharmos o respeito de todo o país e dos nossos irmãos residentes noutros países, e para nos afirmarmos específica e consideradamente no espaço em que nos inserimos da União Europeia.

Não devemos, apesar disso, abandonar a vigilância permanente que devemos exercer sobre os nossos direitos, nos contextos constitucional, legal e de afectação de recursos nacionais, tanto mais que cumprimos os nossos deveres de correcta inserção nesses âmbitos. Espreitam-nos, assim, oportunidades para nos reafirmarmos como comunidade autónoma em momentos próximos e importantes como a Revisão Constitucional Ordinária, que se poderá iniciar em 2003, buscando aperfeiçoamentos e reforçando os instrumentos de defesa da acção governativa regional.

Mas a defesa da Autonomia Política não se pode excluir da consideração das suas envolventes contemporâneas, as quais divergem das motivações que animaram justamente os autonomistas do final do século XIX, ou mesmo das preocupações pioneiras nas últimas décadas de setenta e oitenta. Num Mundo em que cada vez mais as soberanias clássicas nacionais se mitigam face à globalização económica e à progressiva internacionalização institucional, a tendência actual é a dos Estados perderem mais poderes independentes do que as regiões perderem os seus poderes autónomos.

A prazo, porém, a verdadeira Autonomia Açoriana, como as outras, será cada vez mais sinónima da expressão da sustentação do seu desenvolvimento económico e viabilidade financeira, da capacidade imputada pelos seus recursos humanos e da valorização da especificidade das suas culturalidades próprias.

A luta política – necessária e em curso – pela defesa da nossa Autonomia e da qualidade de vida dos Açorianos, que assegure a perenidade da utopia e da realidade autonómicas, deve estar, assim, voltada para os âmbitos mais estratégicos da sua consolidação: um modelo de desenvolvimento económico claro e apropriado, uma política de finanças públicas sustentada e uma aposta decidida e intensa na valorização das pessoas, na inovação, na Educação e na Formação Profissional.

É essa a perspectiva do Governo e são esses os objectivos essenciais que contamos potenciar através da execução do Plano a Médio Prazo que será aprovado nesta Assembleia, e que constitui o maior plano de investimento de sempre em termos reais na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma vez, o Governo foi denegrido pela oposição sobre a sua capacidade de cumprir os seus compromissos. A resposta a essa dúvida da oposição já foi dada pelos açorianos há menos de cinco meses atrás, nas eleições legislativas regionais. Mas, o Governo tem ainda a credibilidade comprovada, atestada pelos níveis de execução financeira anteriores dos seus planos de investimento – 86,5% de execução em 1997, 91% em 1998, 94,2% em 1999 e 90,7% em 2000 – o que evidenciou um grau de realização claramente acima de qualquer prestação média anterior dos Governos do PSD. Em síntese, se houve governos que habituaram os açorianos a não cumprir os seus compromissos, não foram os Governos do PS mas sim os Governos do PSD.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Por isso, ao contrário do que acontecia nos tempos dos Governos do PSD, os Planos que aprovamos são para valer, e a confiança dos agentes sociais e económicos na eficácia do Governo só tem encontrado razões para crescer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma vez, também, a oposição, tal como o fizera aquando da discussão do anterior Plano a Médio Prazo, acusa-nos de não fazer reflectir na estrutura do Plano os objectivos que anunciamos, de não apresentar um modelo de desenvolvimento e de não inovar. Velhas críticas de uma oposição inadaptada aos novos tempos! Porém, se é possível concordar com a óbvia linha de continuidade das actuais propostas de planeamento face ao anterior quadriénio, é impossível negar o que, hoje,

os açorianos vêem: um modelo de desenvolvimento, em que ficou claro que ao Governo cabe a função de embaratecimento dos custos e facilitação dos circuitos da economia; que as bases económicas tradicionais da nossa economia podem contar com um apoio dirigido à sua modernização, capitalização e competitividade num contexto de diversificação produtiva; que a tendência terciarizadora e o papel motor e ascendente das actividades ligadas ao turismo ganharam dimensão de prioridade; e que, todo esse movimento definidor reestruturador, é assente num esforço requalificador dos recursos humanos e das práticas ambientais, num quadro interventivo, assegurador da solidariedade social.

Em tudo isso, avançámos no nosso anterior mandato, executando um planeamento do qual as propostas que hoje apresentamos são herdeiras.

O PMP 2001/2004 é um Plano de continuidade. É verdade. É natural, por isso, que os que sempre falaram mal continuem a fazê-lo.

Não deixará, todavia, de, na sua execução, aprofundar com continuado êxito aquele modelo de desenvolvimento, e evidenciar uma maior atenção, quer para os problemas ainda sem resposta que se podem avolumar, quer para outras problemáticas nascentes.

Assim, empenhámo-nos no nosso primeiro mandato na recuperação da credibilidade financeira da nossa Região e na estabilidade das finanças públicas autonómicas, conseguindo reduzir a dívida de 132,6 milhões de contos em 1997 para 49,5 milhões de contos em Dezembro de 2000, e recorrendo ao endividamento fundamentalmente para minimizar os efeitos de catástrofes. Em 1999 gastámos nessas intervenções 12,5 milhões de contos e em 2000 dispendemos 8,2, tendo o endividamento em cada um desses anos sido de 5 milhões de contos. Agora, propomo-nos prosseguir essa política conducente à apresentação de orçamentos equilibrados que temos vindo a praticar,...

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

O Orador: ...adicionando uma revisão favorável da Lei de Finanças Regionais, sendo certo que o acréscimo de endividamento proposto para 2001 é muito inferior às despesas das calamidades, o que significa que, não fora essa despesa excepcional, seríamos o único dos três governos do país a não recorrer ao endividamento. Mesmo adicionando a dívida de fundos e serviços autónomos, a dívida que hoje temos é menos de metade (42%) da que herdámos dos Governos do PSD. Todos sabemos, ainda, que a maior parte das nossas despesas correntes constitui despesa obrigatória esmagadoramente influenciada por decisões a nível nacional de aplicação directa na Região, e que, nas despesas facultativas, os governos do PS têm desenvolvido a maior contenção. A nossa preocupação, porém, é alcançar sempre o máximo de eficiência no limite dos nossos recursos.

Confrontámo-nos com um ciclo contínuo de catástrofes naturais que causaram enormes estragos e perdas de vidas. Mobilizámos meios, recuperámos equipamentos colectivos, desembaraçámo-nos em todas as acções de emergência e iniciámos e planeámos a reconstrução habitacional. Agora, estimando que não voltem a ocorrer outras contrariedades, contamos concluir todo o processo de reabilitação e reconstrução, legando aos açorianos milhares de novas habitações, equipamentos e estradas para o futuro.

Deparámo-nos, em 1996, com uma situação de governamentalização sufocante da sociedade açoriana, em que o império do arbítrio governamental na subsidiação económica e social era regra de aplicação geral. Sector a sector, regulamentámos a concessão de subsídios, numa obra eminentemente democrática, que transferiu direitos para os cidadãos, para as instituições e para as empresas, e que nos tempos do PSD eram apenas direitos da administração. Agora, consolidando essa política, devemos zelar melhor pela boa aplicação dessas ajudas melhorando a fiscalização que ainda não soubemos implementar.

Anunciámos em 1996 a nossa aposta no sector turístico. Também os governos do PSD a proclamavam. Porém, fizemos crescer para mais do dobro nos últimos quatro anos o sector, do que ele havia crescido nos 6 anos anteriores. Agora, marcamos como objectivo o de exceder em 2004 a duplicação da actual capacidade hoteleira, passando de 620 mil dormidas anuais para um valor próximo dos 1,3 milhões, vitalizando múltiplas actividades económicas complementares, dinamizando o mercado interno e criando milhares de novos empregos para os açorianos e para as açorianas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Conferimos ao Serviço Regional de Saúde uma nova ordem jurídica enquadradora, concluindo, iniciando e melhorando hospitais, centros e postos de saúde; valorizámos os profissionais de saúde e investimos extraordinariamente no equipamento e modernização tecnológicas e na formação de novos médicos. Agora, temos que melhorar a cobertura de assistência médica às famílias, regulamentar o Estatuto Regional de Saúde, e eliminar desperdícios que não beneficiam os profissionais como os utentes e oneram o financiamento do sistema.

Executámos o maior investimento de sempre na Agricultura e preparamo-nos para o voltar a fazer, defendendo a produção, a qualidade e a modernização, numa conjugação que permita a melhoria dos rendimentos dos agricultores e uma efectiva ocupação do mundo rural. O mesmo se passará nas Pescas.

Conferimos prioridade ao aumento da escolaridade e do sucesso educativo, mas temos que acentuar mais esse esforço para nos equiparmos às médias nacional e europeia. Reabilitámos, mais de 90% das escolas do 1º ciclo do ensino básico, alterámos aspectos fundamentais na gestão do sistema, e lançámos 7 novas escolas profissionais. Agora, continuaremos, no maior plano de construções escolares jamais realizado nos Açores no mesmo período de tempo, a melhoria ou construção de instalações para os ensinos básico e secundário, reafirmando a Educação como grande prioridade, a qual, sem incluir outras componentes anexas como as políticas de Juventude, do Desporto, da Cultura e da Formação Profissional, representa, em termos de funcionamento e investimento, um quinto do nosso orçamento total, contra, p.e., 14% no Orçamento de Estado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Aumentaremos, ainda mais, a nossa aposta na formação profissional, ajudados pela vitória que obtivemos na UE que nos fez passar de uma ajuda de 12 milhões de contos do F.S.E. no II Q.C.A. para 24 no novo Quadro que estamos a iniciar.

Montámos novas áreas da administração vocacionadas para o Ambiente, para a Sociedade da Informação, para o apoio à investigação científica e à inovação tecnológica. Agora, duplicamos os investimentos nesses sectores que terão importância acrescida e estratégica na sustentação do nosso desenvolvimento.

Todos o reconhecem: revolucionámos os sistemas e infraestruturas de acessibilidades, designadamente nas áreas dos transportes e comunicações. Agora, queremos prosseguir essa infraestruturização, consolidar esses ganhos comparativos e estimular o sector privado no seu aproveitamento.

E é assim, sector a sector - e só falei de alguns – que podemos evidenciar o que fizemos e, agora, o que vamos continuar a fazer. Os açorianos demonstraram claramente nas últimas eleições que compreenderam esse percurso. Só a oposição parece não ter percebido que os açorianos perceberam que ela ainda não percebeu o que se está a passar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar deste percurso de sucessos, o VIII Governo inicia as suas funções não sem um conjunto de preocupações, sobretudo em novas áreas de intervenção, para as quais urge vocacionar e activar a administração. Poder-se-á, a esse propósito, dizer, que nos confrontamos, sem procurar, com o que a oposição de direita procura sem encontrar.

Se a problemática da toxicoddependência está a merecer - e ainda bem! – a atenção de todos os partidos, outros fenómenos e insuficiências terão que suscitar o nosso inconformismo. Entre outros, são os casos da continuada burocracia paralizante da administração pública, das facilidades que ainda favorecem a corrupção e a criminalidade económica, da segurança das pessoas e bens, dos direitos das mulheres, da protecção das crianças, da violência e das desregulações familiares, da prostituição e do combate ao alcoolismo, do enquadramento do voluntariado e do mecenato, da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, da educação cívica e moral, do absentismo e da incapacitação profissional, da discriminação positiva dos portadores de deficiência, da atenuação da

precaridade no emprego, da qualidade alimentar e defesa dos consumidores, da inclusão social tecnológica ou da protecção da memória do património cultural e arquitectónico.

Em todos esses aspectos o Governo terá que ser mais exigente com o seu trabalho.

A maioria que pedimos aos açorianos e que nos foi concedida nas eleições, assegura, é verdade, a estabilidade governativa e transmite-nos as maiores responsabilidades, mas não isenta a oposição de uma participação construtiva. Correspondendo ao apelo que fizemos aquando da discussão do Programa do Governo, o PCP disponibilizou-se para trabalhar connosco na melhoria dos documentos que hoje vamos votar.

Gostaria muito, repito, gostaria muito que os partidos de oposição não se limitassem a promover a desesperança, a exercitar a maledicência e a auto-excluírem-se da obra de progresso que estamos a empreender.

Mas, se isso não for possível, no todo da oposição ou em parte, cá estamos, como cá estivemos, para lutar, com todas as nossas forças, pelo prestígio dos Açores e pelo bem-estar dos Açorianos.

Muito Obrigado!

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminadas as intervenções finais e conforme decidido na nossa Conferência de Líderes passaríamos às votações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para interpelar a Mesa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós entendemos que deviam ser distribuídas por todos os Srs. Deputados as propostas de alteração entradas na Mesa antes de passarmos à votação dos documentos, para que toda a gente saiba antes o que é que está em votação.

Presidente: Eu pensava que já tinham sido distribuídas.

O Orador: Nós não distribuimos as nossas, mas também não recebemos dos outros partidos.

Portanto, pedíamos à Mesa, não um intervalo do Partido Socialista, mas um intervalo para que os serviços da Assembleia pudessem distribuir por todos as propostas de alteração apresentadas.

Podemos fazer a votação na generalidade, mas entendemos que sem conhecermos as propostas de alteração não devíamos passar à votação na especialidade

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer aqui um intervalo para que os serviços possam fotocopiar as propostas de alteração entradas na Mesa e voltamos depois para a votação dos documentos que estivemos a analisar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, eu sugeria que primeiro distribuíssem as propostas, porque consoante as propostas poderemos ter necessidade de um intervalo ou não e para não estarmos aqui dentro de 10 minutos, vemos as propostas e depois pedirmos outro intervalo a seguir, penso que poderíamos aguardar 2 ou 3 minutos para vemos as propostas e depois então decidíamos se era necessário um intervalo maior.

Presidente: A minha ideia era essa também. Não era fazer nenhum intervalo agora, mas só o tempo necessário para fotocopiar as propostas.

(Pausa)

Srs. Deputados, distribuídas as propostas de alteração, vamos fazer um intervalo de 30 minutos a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

(Eram 16 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Vamos proceder à votação dos documentos e vamos iniciá-la pelo Plano a Médio Prazo.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, com a Proposta do Plano a Médio Prazo, mantenham-se, por favor, como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Plano a Médio Prazo foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade e vamos votar Programa por Programa.

Para o Programa 1 existem duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PCP e outra pelo PSD.

Está à discussão o Programa 1 com estas duas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, é só para informar que o Grupo Parlamentar do PSD propõe um reforço no Programa 1, ao Projecto 1.1, Acção 1.1.1 – Abastecimento de água, no valor de 85 mil contos, fazendo uma dotação de 210 mil contos, o que vem potenciar um investimento global da ordem de 1,4 milhões de contos.

Esta alteração tem em vista a possibilidade de se acelerar o abastecimento de água às explorações pecuárias, dando uma contribuição efectiva na diminuição dos custos de produção, na melhoria da qualidade do produto e consequentemente na sua remuneração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta de alteração, sendo muito simples, vai no sentido de fazer chegar às ilhas produtoras e transformadoras de leite a possibilidade de se fazer uma gestão da qualidade em condições.

A outra proposta de alteração que está em apreciação e que diz respeito a um reforço nas infraestruturas agrícolas também nos parece ir de encontro à linha que defendemos neste debate, daí que votaremos as duas.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.

Vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração do PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PCP, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação da Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração do PSD foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 1 com a alteração decorrente da aprovação da proposta anteriormente apresentada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos de abstenção do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É só para dizer que o nosso sentido de voto sobre o Programa 1, foi contra e não abstenção como o Sr. Secretário divulgou.

Presidente: Rectificada a votação, vamos passar agora ao Programa 2, para o qual existe uma Proposta de Alteração apresentada pelo PCP.

Está à discussão a proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que a nossa Proposta de Alteração diz respeito a uma redução na acção - regularização de mercados, tendo em conta a natureza dessa acção e a possibilidade dessa redução poder ser incluída nos caminhos rurais.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos pôr à votação a proposta apresentada pelo Partido Comunista Português para o Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 2 com a proposta já aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 2, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 3, para o qual não existe nenhuma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 3, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para o Programa 4 há uma Proposta de Alteração do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trata-se de um reforço para os caminhos rurais, que sabemos que é modesto, mas dentro desta linha de orientação que seguimos é, de facto, o possível. Pensamos que é uma medida estrutural positiva.

Presidente: Vamos votar a Proposta de Alteração do PCP para o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 4 com a alteração resultante da proposta aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 4, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 5, para o qual existe uma Proposta de Alteração do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que se pretende com a nossa alteração um reforço numa verba de 5 mil contos para Associação dos Portos de Santa Maria para executar obras no Porto da Maia e Porto dos Anjos e um reforço de 5 mil contos em 2003 e 10 mil contos em 2004 que se destinam aos portos da Ilha das Flores, essencialmente ao Porto de Ponta Delgada onde pretendemos que seja feito um desassoreamento, a protecção e a remodelação do respectivo porto.

Presidente: Vamos agora votar a Proposta de Alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 5 com a alteração introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 5, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos passar ao Programa 6, para o qual não existe nenhuma Proposta de alteração. Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 6, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 7, para o qual existe uma Proposta de Alteração do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A redução de verba de 20 mil contos neste Projecto destina-se à criação da nova acção que diz respeito à remodelação da Igreja de S. Francisco na cidade da Ribeira Grande.

Presidente: Vamos votar a proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 7 com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 7, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 8. Para este Programa não existe nenhuma alteração, vamos votar.

O Partido Socialista propõe que se vote, em conjunto, o Programa 8 e 9, para os quais não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com os Programas 8 e 9, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 8 e 9 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 10. Para este Programa existe uma Proposta de Alteração do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Alteração do PSD vem no sentido de reforçar a verba do sistema de incentivos para que possa haver mais verba disponível para recuperar alguns atrasos e eventualmente poderem entrar novos projectos, já que parece estarem praticamente em vigor os novos programas.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 10, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 11, para o qual existe uma Proposta de Alteração do PS.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A redução em 20 mil contos nesta acção destina-se a fazer face à nova acção 25.2.43, remodelação da Igreja de S. Francisco na cidade da Ribeira Grande.

Presidente: Vamos votar esta Proposta de Alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 11 com a alteração verificada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 11, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 12, para o qual existe duas Propostas de Alteração, uma do PS e outra do PSD.

Estão à discussão estas Propostas de Alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A redução da verba em 10 mil contos visa dotar o reforço de verbas para as construções escolares no âmbito do Projecto 17.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: O PSD propõe reduzir a verba de 60 mil contos no Projecto 12.1 – Edifícios públicos, Acção e Edifício dos Jardineiros do Palácio de Santana e Acção “Apoio a Diversas Entidades”

Sem proceder a grandes análises, parece evidente que o investimento de 60 mil contos previstos para o edifício dos jardineiros do Palácio de Santana não são assim tão essenciais ao desenvolvimento dos Açores.

Parece também óbvio que a ordem de prioridades do PSD tem outros critérios e outros valores, representados, aliás, nas nossas propostas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria, com aquela frontalidade que procuramos colocar sempre nas nossas atitudes políticas, dizer que vamos votar contra a Proposta de Alteração do PSD, porque independentemente duma análise de pormenor da aplicação do dinheiro nesse património que é o Palácio de Santana, existe uma perspectiva de aproveitar uma situação com a qual nós não concordamos. Nesse sentido votamos contra a proposta do PSD.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação da Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 17 votos a favor do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 12, com a alteração verificada.

Os Srs. Deputados que concorda com o Programa 12, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 13. Para este Programa existe uma Proposta de Alteração apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com esta nova acção pretende-se elaborar o estudo de viabilidade do Porto das Velas em S. Jorge e para isso dotamos a acção 13.3.13 com as verbas que consideramos serem imprescindíveis para esse estudo.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Alteração apresentada pelo PS, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 13 com a Proposta de Alteração já introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 13, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 14, para o qual não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 14, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 15, para o qual existe uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A introdução desta nova acção que visa apoiar a electrificação do Campo de Jogos e Zona de Lazer de Rabo de Peixe, é uma acção que nós consideramos importante, porquanto é a própria Junta de Freguesia que, num documento mandado a esta Casa, o pedia.

Nós consideramos que é imprescindível que naquela freguesia se faça o máximo possível de apoio.

Por isso, além de criarmos uma nova acção, introduzimos também um novo projecto, o 15.3, neste Programa de Consolidação e Modernização do Sector Energético.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 15, com a introdução desta alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 15, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 16, para o qual existe duas Propostas de Alteração, uma apresentada pelo PS e outra pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É para dizer que a redução desta verba de 30 mil contos neste Programa destina-se à dotação de uma outra acção que fazemos mais à frente no Programa 25, Projecto 2, Acção 25.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dizer que a proposta do PSD reduz em 85 mil contos a verba deste Programa que se destinaria ao reforço da verba do abastecimento de água à lavoura.

Entendemos que gastar 35 mil contos nos gabinetes da Direcção Regional de Ciência e Tecnologia, só no ano de 2001, não é uma prioridade.

Muito menos será ainda gastar 50 mil contos na aquisição de um parque gráfico para produzir o Jornal Oficial, quando nestes 25 anos ele foi sempre produzido, e bem, pela iniciativa privada.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração ao Programa 16, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração para o mesmo Programa 16, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 16 com a alteração introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 16, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 17. Para este Programa existem três Propostas de Alteração, sendo uma do PCP, uma do PS e outra do PSD.

Estão à discussão estas Propostas de Alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que reputamos de muito importante esta nossa proposta referente a uma maior dotação e antecipação do início da obra da Escola Secundária da Horta que passa de 2004 para 2003 e fica com uma dotação bem mais vultuosa de 300 mil contos no primeiro ano e 1 milhão de contos no segundo ano.

Pensamos que é uma proposta extremamente importante e achamos que consolida a perspectiva desta escola ser feita e esperamos a sua aprovação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste Programa o Partido Socialista apresentou uma variedade de alterações, na medida em que entendemos que há algumas escolas que deviam ter as suas obras com início um pouco mais cedo que aquele que estava previsto.

Assim, desde logo entendemos que o caso da Escola Francisco Ornelas da Câmara, da Praia da Vitória, deve ter um reforço para este ano de 100 mil contos, por forma a que se possa arrancar mais cedo com esta obra.

O mesmo diríamos para com as Escolas de Santa Cruz da Graciosa e do Nordeste no âmbito da sua adaptação ao ensino Secundário. Este tipo de acções destas duas escolas é seguido em várias escolas da Região que neste momento já leccionam o ensino secundário, mas que necessitam de obras de adaptação para este efeito.

Por outro lado, fazemos deslocar no tempo o resto da despesas referente às Escolas da Carreirinha e do Pico da Urze.

Portanto, para nós é importante que essas escolas tivessem as suas obras um pouco mais cedo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O manifesto eleitoral dos faialenses contemplava, muito naturalmente, a construção da nova Escola Secundária da Horta.

No Projecto do PMP que temos estado a discutir esta acção está dotada com uma verba de 500 mil contos em 2004.

Inconformado com esta decisão e na qualidade de Deputado Socialista eleito pelo círculo eleitoral do Faial tenho a consciência, com denodo e coragem, Sr. Deputado Costa Pereira, não desaproveitei nenhum dos meios ao meu alcance para sensibilizar o Governo no sentido de antecipar o início desta construção para 2003 e de dotar esta acção com uma verba, que desse garantias inequívocas que ela vai mesmo arrancar daqui a dois anos.

Regozijo-me por isso com a abertura, entretanto, demonstrada pelo Governo e pelo Grupo Parlamentar do PS e por essa razão o Partido Socialista apresentou esta Proposta de Alteração.

Porém, ao ter conhecimento de outra proposta, oriunda do PCP, e que visa também atingir este mesmo desiderato, entendo que não faz sentido haver duas de idêntico teor, pelo que retiramos a nossa relativa ao Programa 17, Projecto 17.1.49, não sem antes anunciar que o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente a Proposta de Alteração do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Até ontem o Faial não podia receber mais obras, hoje parece que já pode.

Ficamos todos muito satisfeitos com isso e a prova é que vamos votar a favor da Proposta de Alteração, apresentada pelo Partido Comunista Português. Esta também é a prova, e nós tínhamos razão, de que muita má vontade havia.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O início das obras na Escola do Nordeste está prometido desde 1998 e, segundo a planificação do Governo, deviam ser concluídas em Setembro que vem. Passados mais de três anos ainda não arrancaram.

A Câmara Municipal do Nordeste, considerando que é de grande prioridade este empreendimento e ultrapassando absolutamente as suas responsabilidades, estabeleceu uma parceria com a Secretaria da Educação para arrancar com estas obras.

O projecto está pronto, as obras podem, de facto, arrancar. O que é certo é que, quer a proposta do Governo, quer agora a alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista continuam a não disponibilizar os meios necessários para iniciar e desenvolver a sério os trabalhos este ano.

Como o PSD coloca a educação como prioridade, neste ano de 2001 propomos um reforço de 200 mil contos para as obras da Escola do Nordeste, porque investir na Educação, em obras escolares é bem melhor, muito melhor do que gastar nos gabinetes dos Secretários.

As crianças do Nordeste merecem mais e melhor, daí a nossa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Aproveitando a oportunidade em que todos os Grupo Parlamentares vêm intervindo nesta matéria, quero dizer que, sendo a posição do Grupo Parlamentar do CDS/PP globalmente contra os documentos apresentados pelo Governo Regional, pelas razões aqui expressas, é evidente que a nossa postura de abstenção, relativamente aos programas, evidencia que não estamos em desacordo com todos os projectos e acções neles contidos, como, de resto, tivemos oportunidade de referir.

Por conseguinte, as próprias propostas de alteração a cada um dos programas e projectos, nalguns casos evidenciam e vão na direcção das críticas por nós aqui apresentadas, noutros casos vão até em sentido contrário, é nosso entendimento e julgamos traduzir a nossa posição. A postura de abstenção é aquela que mais se coaduna com aquilo que temos apresentado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PCP, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração apresentada pelo PS, para o mesmo Programa 17 que se encontra prejudicada na acção 17.1.49 – Construção da Escola Secundária da Horta, uma vez que acabámos de aprovar a proposta do PCP sobre a mesma matéria.

Com esta consideração vou pôr à votação a proposta apresentada pelo PS, para o Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD absteve-se mesmo depois de durante estes dois dias ter ouvido que, quanto ao conteúdo e quanto ao calendário, este era o melhor programa.

Ao terceiro dia ressuscitou uma proposta. Damos o benefício da dúvida. Vamos ver se esta intenção era boa ou era apenas uma mera cosmética de ocasião.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Vamos passar agora à votação da Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, para o mesmo Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a totalidade do Programa 17, com as alterações introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Srs. Deputados, os Programas 18, 19, 20 e 21 não têm Propostas de Alteração. Se V. Exas. não virem nenhum inconveniente eu poria à votação em conjunto estes Programas

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputados Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, nós não percebemos bem quais eram os Programas que estaria a propor que se votasse em bloco.

Era só.

Presidente: Estava a propor que se votasse em conjunto os Programas que não têm alterações propostas e que são os Programas 18, 19, 20 e 21.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Concordamos que se vote em bloco esses Programas com excepção do Programa 18.

Presidente: Portanto, os Srs. querem a votação do Programa 18 em separado.

Assim sendo, vou pôr à votação o Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 18, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação em conjunto os Programas 19, 20 e 21.

Os Srs. Deputados que concordam com estes Programas, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 19, 20 e 21 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 22, para o qual existe três Propostas de Alteração, uma do PS, uma do PSD e outra do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós apresentámos uma Proposta de Alteração no sentido de poder, durante a presente legislatura, ser construído o Lar de Idosos das Lajes das Flores, aspiração desde há muitos anos da população deste Concelho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós apresentamos várias Propostas de Alteração a este Programa, desde logo uma que tem a ver com a construção dum Centro Comunitário em S. Bento, em Angra do Heroísmo, na Terceira, tendo em vista a sua maior rapidez na construção desta obra.

Por outro lado, reforçando-se as verbas que se destinam à prevenção das toxicodependências no sentido de darmos maior reforço e capacidade do Governo poder implementar e executar o Programa e a política que tem para este sector que, tal como o Sr. Presidente do Governo disse na sua intervenção final, esta é uma área que nós consideramos e reputamos da maior importância. Por isso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que este Programa deve ser reforçado com uma verba de 60 mil contos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista considera prioritária a construção do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores como inclusive ficou bem expresso no manifesto eleitoral de ilha que apresentou na última campanha eleitoral.

A concretização deste objectivo está contemplada na Proposta de Plano a Médio Prazo, que estivemos a apreciar e agora estamos a votar, na acção 22.1.12 com uma verba de 10 mil contos correspondente à comparticipação final.

Esta Proposta de Alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, visa antecipar o calendário previsto para a construção do Lar de Idosos das Lajes e vai merecer o voto favorável do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Voto favorável que se fundamenta nas razões que começámos por enunciar e também porque sabemos que a Câmara Municipal das Lajes inscreveu no seu Plano de Actividades, para o corrente ano, a construção de um Lar de Idosos e entendemos que deverá ser evitada uma duplicação de equipamentos que, obviamente, devem constituir responsabilidade do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD propõe um aumento de 60 mil contos no Projecto 22.4 para a prevenção das toxicodependências.

De facto, entendemos que o combate à toxicodependência não tem dono ou ideologia partidária. É um problema em crescente gravidade e os meios adequados fornecidos pelo Governo, nos últimos tempos, tem sido claramente insuficientes. Tivemos inscritas cinco intervenções prioritárias relativamente à toxicodependência, a saber: prevenção primária, redução de riscos, tratamento de toxicodependência, reinserção social e execução de tráfico de droga em justiça penal.

Para algumas destas intervenções existem diferenças de entendimento. Quanto a uma penso que há consensualidade e urgência relativamente a ela, que tem a ver exactamente com a prevenção primária.

O PSD tem, ao longo dos últimos tempos, manifestado as suas ideias com coerência. Não traz aqui nenhuma proposta cénica, contrária a comportamentos anteriores como já aconteceu aqui, e está dando nesta medida o seu contributo.

Entendemos que os 60 mil contos destinados à casa dos jardineiros do Palácio de Santana poderão ser muito mais bem aproveitados e está mais de acordo com as prioridades que o PSD tem sobre esta matéria. Por isso mesmo apresentamos esta proposta.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar pela ordem de entrada das propostas. Vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração do PCP, relativa ao Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação a Proposta de Alteração para o mesmo Programa 22, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenções do PP.

Presidente: Ainda para o mesmo Programa 22, vou pôr à votação a Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o Programa 22 com as alterações introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 23. Não existindo nenhuma alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: O Programa 24 tem uma Proposta de Alteração apresentada pelo PS.

Não há intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, para o Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 24 com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 25, para o qual existe uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O reforço de verba no montante de 25 mil contos neste Projecto refere-se à acção que tem a ver com a Igreja do Senhor dos Passos na cidade da Ribeira Grande e porque há obras que estão a ser executadas e que nós entendemos que devem ser reforçadas por forma a que se consiga antecipar o máximo possível de forma a que não se continue a degradar aquele importante imóvel naquela cidade, fazemos este reforço de verba nestes dois anos.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, para o Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 25, com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 26 não existe qualquer alteração. Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 27 existem duas Propostas de Alteração, uma do PS e outra do PSD.

Está aberta a discussão sobre estas propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há aqui duas propostas que são, de facto, contraditórias. Não temos possibilidade de fazer um outro juízo pelo que nos vamos abster em ambas as propostas e neste Programa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Alteração do PSD pretende reforçar os apoios para a habitação degradada, entendendo que esta é uma área que ainda há muito para fazer e que necessita de mais verbas do que aquelas que estariam previstas.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, para o Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, para o mesmo Programa.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 27 com a alteração introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 28, para o qual existe uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para o PSD os 20 mil contos que o Governo pretende gastar este ano para financiar noticiários na televisão, ficavam melhor nas obras da Escola do Nordeste, daí a nossa proposta.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que este Programa 28 não é nada daquilo que, pelos visto, o PSD pensa que é.

Toda a dotação que aqui está destina-se exclusivamente a dar execução à Proposta de Resolução aprovada nesta Assembleia sobre correspondentes e respectivos meios técnicos da RTP das ilhas mais pequenas, no apoio à Amostra Atlântica de Televisão, na finalização do programa de microcoberturas, nos apoios a produções de ficção (apenas uma, Gente Feliz com Lágrimas de João de Melo, com realização de Zeca Medeiros) e no apoio à realização de programas culturais por parte da Televisão nas ilhas das Flores, Corvo, São Jorge, Graciosa e Santa Maria.

A dedução de verbas corresponderia, em teoria, à não realização destes únicos e exclusivos objectivos deste Programa.

Esta ocasião evidencia bem como o PSD faz propostas de alteração e as consequências do facto de as fazer, sem recorrer previamente a uma concertação e a um diálogo com o Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Continuamos no âmbito do debate desta proposta de alteração apresentada pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Infelizmente o Sr. Presidente do Governo não nos quis brindar com a explicação de outras verbas avultadas em mais de meio milhão de contos que vai gastar em edifícios, em gabinetes dos membros do Governo, mas quis vir justificar estes 20 mil contos.

Sr. Presidente, eu não só sei do que estou a falar, como me há-de permitir V. Exa., como também conheço um bocadinho as coisas e também tenho alguma habilidade.

Reconheço a habilidade que teve agora ao fazer esta explicação, mas não fez V. Exa. um exercício plenamente verdadeiro, porque se o tivesse feito tinha incluído também na intervenção que parte do dinheiro deste projecto destina-se também a financiar programas desportivos, daí eu ter mencionado “noticiários na televisão” e parte significativa desta verba

Destina-se a pagar os salários de vários trabalhadores contratados da RTP/Açores que, por decisão de Lisboa, iam para a rua nas vésperas das eleições e o Sr., para evitar o descontentamento desses trabalhadores e as propostas de reivindicação e de actuação que eles fizeram, apressou-se a pagar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Com a vossa proposta os trabalhadores iam para a rua.

O Orador: Esperava também que, no decorrer destes debates, o Sr., sobre despesas correntes, se tivesse levantado para desmentir que há muitos assessores de imprensa no seu Governo a ganhar mais de 500 contos por mês e um fotógrafo que também ganha mais do que isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dizer o que já disse aqui:

Este Programa destina-se aos objectivos que eu aqui mencionei e apenas esses objectivos.

Quanto à estrutura salarial de adjuntos ou assessores, é como em toda a parte, há quem preste e há quem não preste.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que é falar bem!

Deputada Berta Cabral (PSD): Que arrogância!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É lamentável que o Sr. Presidente do Governo não tivesse justificado e pedisse a palavra para, por exemplo, dizer para que é que serve a casa para os jardineiros do Palácio de Santana e muitas outras questões que aqui, perante as quais, ficou em silêncio cúmplice com a sua consciência.

É lamentável também que diga todos os dias que o PSD só fala mal, que suba à tribuna e que outros do seu partido digam que o PSD não tem propostas, mas a associar às propostas da redução dos impostos, do aumento das pensões, quem sabe dos trabalhadores das IPSS e de mais uma mão cheia de propostas do PSD, a resposta do PS, comandada certamente pelo seu líder, é dizer que não a tudo o que vem do PSD,...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... porque esse é que é o seu princípio e, portanto, não critique mais o PSD por não apresentar propostas, porque nós todas as que apresentamos, os Srs., sem justificação, com ou sem razão, o que querem é certificar-se de que do PSD não passa nada nesta Casa. Esse é o seu estilo.

Portanto, há, de facto, também estratégias que prestam e estratégias que não prestam....

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... A sua estratégia não presta.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É sempre bom libertar o Dr. Victor Cruz do doloroso silêncio a que se remeteu desde que achou que a sua estratégia de valorização pessoal passava por falar neste Parlamento apenas quando eu falasse, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Há uns que nem aparecem e outros que saem da sala.

O Orador: ... mas passamos-lhe essa concessão.

E respondemos com a maior sinceridade possível àquilo que ele agora coloca. Pede-me para justificar por que é que nós vamos construir uma casa para os jardineiros que trabalham no Palácio de Santana.

Tenho que lhe dizer a verdade: nem sei bem como justificar isso. A única coisa que me ocorre é que não é justo que eles se vistam e dispam numa cabana, que comam ao ar livre, que não tenham condições para desempenhar com dignidade o seu trabalho.

Também sei que construir num espaço, num imóvel e num jardim classificado obedece a um conjunto de exigências.

O Orçamento é o que é, mas penso que os jardineiros do Palácio de Santana, como todas as outras pessoas que não vivem em boas condições por esta Região fora, também têm esse direito.

Tive a adiar esse investimento a que me comprometi desde o dia que cheguei ao Palácio de Santana, já lá vão 4 anos, junto dessas pessoas que trabalham para nós e acho que é a altura de cumprir esse compromisso e por isso é que esta proposta está aqui, com o orçamento que tem e com a natureza arquitectónica que lhe é exigida.

Depois, Sr. Deputado, eu fui muito claro na apresentação do Programa do Governo: fiz um convite directo a todos os partidos da oposição para trabalharem connosco no aperfeiçoamento destes documentos.

Tive posteriormente ainda a oportunidade de, em encontros que promovi com as direcções dos partidos políticos, voltar a pedir que nos apresentassem propostas, que dialogassem connosco e fizéssemos um esforço para melhorar este documento, num esforço naturalmente concertado que permitisse a nossa análise prévia, quer da vossa parte, quer da nossa. Nós apresentamos a nossa parte...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PS apresenta aqui e nós não podemos apresentar!

O Orador: ... que afinal é a Proposta do PMP, a Proposta do Plano para 2001 e a Proposta do Orçamento para 2001.

Nesta Assembleia o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português entendeu responder positivamente a esse apelo e de forma atempada apresentou-nos as suas sugestões, as suas propostas. Dialogamos e provamos que, para que haja possibilidade de concertação, não é possível que ela ocorra só por um lado. O Partido Comunista respondeu a esse desafio.

Se não houve concertação com o PSD é porque falhou um lado. O lado que falhou foi o do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi o vosso.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer, em primeiro lugar, que a minha estratégia não é falar no Parlamento quando o Sr. Presidente fala, sob pena de raramente falar, porque raramente cá vem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Além do mais, e sobre este plenário, as propostas apresentadas são da autoria do Governo. O Sr. tinha mais razões para responder a perguntas do PSD do que eu, para estar respondendo a perguntas dos deputados do PS.

O proponente era V. Exa.. Se nada falou a não ser agora, é mais grave para si do que eu ter estado em silêncio ouvindo, muito feliz, as intervenções dos deputados do Partido Social Democrata.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe que agora é que ficou claro para que são os 60 mil contos para a casa dos jardineiros. Pense bem Sr. Presidente. Há muita gente que trabalha para o seu Governo que tem muito menos condições do que essas para fazer tudo aquilo que o Sr. Presidente disse.

Eu não acho que o Sr. deva deixar aqueles, que o Sr. agora quer dar a mão, na rua ou nos jardins bonitos do Palácio de Santana, o que acho é que esses 60 mil contos estavam melhor empregues noutra sítio e essa foi a nossa proposta.

A sua justificação é a confirmação da vertente luxuosa de alguns aspectos da governação socialista em detrimento de outras opções muito mais enriquecidas.

Quanto ao resto, porque é que o Partido Socialista não aceita as nossas propostas?

Eu não sou assessor de V. Exa.. Eu tenho direitos de propositura aqui neste Parlamento até há hora regimental. O PSD, até à hora regimental, apresentou as suas propostas e, portanto, o Sr. não as aprova não é por que não tenha tempo, não é por que não queira dialogar. Nós fizemos o nosso papel apresentando as nossas propostas. V. Exa. pediu um intervalo, se é que para isso precisava de um intervalo, e perguntasse se eu queria conversar consigo sobre elas e a minha resposta teria sido que sim.

Quanto a essas interpretações, a dificuldade que o Sr. Presidente tem para dizer a todos os açorianos porque é que não aceita as propostas do PSD. ...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Já tinha feito 2 vezes.

O Orador: ... O Sr. não aceita realmente porque não quer e se para isso não bastasse tudo o resto, o voto tem mais força do que as desculpas. O Sr. votou contra porque quis. Eu estava disponível para votar a favor. Não voto, necessariamente, porque o Sr. não deu um único sinal de abertura e, portanto, assim vai por água abaixo a conversa do costume do Partido Socialista e do seu Líder, segundo o qual o PSD não tem propostas e não sabe o que quer. ...

Deputado Vasco Cordeiro(PS): Eu sou líder do Grupo Parlamentar. Está aqui escrito que o PSD nem sequer ia apresentar propostas.

O Orador: ... O PSD tem propostas e já lá vão 10 num curto espaço de legislatura e o PS ainda não aceitou uma única proposta do Partido Social Democrata.

Nós vamos continuar a insistir e vamos apresentar propostas durante estes 4 anos sobre os Planos e sobre muitas outras coisas e vamos ver no fim qual é a sua real intenção: se é aprovar propostas à sua esquerda ou se é negar sempre propostas à sua direita, nomeadamente ao PSD.

A sua má vontade ficou bem clara nesta reunião plenária.

O PS de Carlos César, o Governo liderado por Carlos César não quer mesmo saber das propostas do PSD, mesmo quando elas fazem todo o sentido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Lá foi conseguindo o Sr. Deputado Victor Cruz intervir nesta Assembleia...

Deputado Mark Marques (PSD): Onde o Sr. nunca cá põe os pés!

O Orador: ... e eu congratulo-me por isso, porque melhora a prestação parlamentar embora ele não esteja ao seu melhor nível, mas eu sei que ele é uma pessoa com qualidades pessoais e que sabe desembaraçar-se do exercício das suas funções e há-de um dia ter sorte como eu tive...

Deputado Mark Marques (PSD): Ele tem é mérito, não é sorte.

O Orador: ... e a sorte, com certeza, tem que ser baseada no mérito que cada um tem e ele tem mérito para isso. Acredito que um dia venha a ser Presidente do Governo Regional se o seu partido também o permitir que seja candidato mais vezes.

De qualquer modo, Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer é o seguinte: eu da minha parte tinha imenso gosto em que fosse possível fazer aprovar aqui propostas que também viessem do PSD. Devo dizer-lhe que isso até, num plano político-partidário, seria vantajoso para o Governo e para o Partido Socialista, porque evidenciaria que nós tínhamos essa capacidade de absorver outros contributos e dos valorizar. Mas o problema é que os Srs. tudo fizeram para que não fosse possível isso.

O Sr. Deputado sabe que, e vou repetir, eu fiz esse apelo na discussão do Programa do Governo, fiz esse apelo num encontro que tive com a Direcção do PSD e, portanto, eu já tinha apelado duas vezes. Os Srs. agora é que deviam vir ter connosco, como o PCP veio, dizendo: nós temos estas soluções,...

Deputado Berta Cabral (PSD): Vejam bem! É preciso ter lata!

O Orador: ... os Srs. querem, querem, não querem, não querem.

O PCP connosco teve esse procedimento. Não creio que o Partido Comunista nos Açores se sinta como assessor do Partido Socialista. Toda a gente sabe as diferenças que existem entre o Partido Socialista e o Partido Comunista que nunca foram ocultadas.

Portanto, se foi possível nós acharmos consenso com alguns, e no caso do Partido Popular, no decorrer destes trabalhos, rejeitou liminarmente qualquer acessibilidade em relação a um processo desta natureza, penso que há aqui alguém que falhou e quem falhou foi efectivamente o PSD. O PSD tudo fez para ficar de fora e assumirá essas responsabilidades.

Deputado Paulo Gusmão (PP): O passado diz tudo, quem tem palavra e quem não a tem.

O Orador: Devo dizer que estou muito tranquilo.

Eu, o meu Governo e o meu Partido queremos ser julgados em 2004 por aquilo que nós fizemos até lá, por aquilo que os Açores forem daqui a 4 anos. Seremos naturalmente objecto da justiça eleitoral dos açorianos e veremos se fizemos muito ou se fizemos pouco. Eu tenho a certeza enorme de que vamos fazer muito e que os Açores daqui a 4 anos serão profundamente diferentes e para melhor, mercê da nossa obra, do nosso trabalho e daqueles que quiserem ou quiseram colaborar connosco. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa de me intrometer neste episódio intercalar ou nestas variações políticas em ré menor que os líderes dos dois maiores partidos resolveram, intervalando a votação, fazer, mas intervenho porque o meu partido foi falado e tendo sido falado, é importante e é claro vir aqui reafirmar e concordar com o Sr. Presidente do Governo Regional no que respeita às claras

diferenciações que existem entre os dois partidos, o pequeno partido que eu lidero e o maior partido que o Sr. Presidente lidera, mas também afirmar que temos a profunda convicção de que sempre que conseguirmos trazer para o debate político, para a participação e para alguma influência nas resoluções de causas que são justas, movimentos que são sérios, opiniões que são credíveis, fá-lo-emos.

Continuaremos com este procedimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que há regras parlamentares de funcionamento e o Regimento permite apresentar propostas até à hora que o PSD as apresentou e permite fazer um intervalo para conversarmos. Portanto, quem falhou, volto a dizer, foi o Governo.

Quero dizer-lhe mais:

No próximo Plano cá estaremos nós e o PSD voltará a apresentar propostas para que não se diga que o PS não tem tempo de as avaliar. Da próxima vez apresentaremos um dia antes e vamos ver o resultado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que não desejo má sorte no trabalho do Presidente do Governo ou ao Sr. Presidente do Governo, porque isso corresponderia a pior sorte para os açorianos.

Agradeço, no fim, as palavras que me dirigiu sobre o meu futuro, que pode corresponder aos meus anseios, e apenas acrescento: espero que, para ser Presidente do Governo Regional, não tenha que levar tanto tempo na oposição como V. Exa. levou.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria, se me permitem, ainda adicionar outra constatação: é preciso não esquecer que nós até fomos apanhados de surpresa pelas Propostas de Alteração do PSD.

Deputada Berta Cabral (PSD): Que engraçado!

O Orador: A Sra. Deputada Berta Cabral ainda há pouco tempo, em entrevista que aqui está publicada no Açoriano Oriental,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os Srs. já lêem jornais?

Deputado Mark Marques (PSD): As revistas de imprensa, já servem?

O Orador: ... garantia que o Grupo Parlamentar do PSD não iria apresentar propostas de alteração. Deste modo, efectivamente, não nos podíamos situar num plano de dizer: vamos lá ver se eles afinal apresentam e conseguimos dialogar e trabalhar para estas finalidades.

Portanto, tudo isto é uma jogatana do PSD.

A verdade é que nós temos um Plano aprovado. Quem quis contribuir contribuiu, quem quis fingir que contribuía, mas não queria contribuir, não contribuiu. Foi isto que aqui se passou.

Sr. Deputado Victor Cruz, olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa: oxalá que o Sr. leve muitos anos na oposição para depois ser presidente do governo, porque eu durante estes anos aprendi muito e muito e se não tivesse aprendido, hoje não teria o êxito que este Governo tem tido na condução dos destinos dos Açores.

Faz-lhe muita falta ainda o tempo de aprendizagem e de humildade que eu tive durante 20 anos nesta Casa.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, este debate intercalar, como dizia o Sr. Deputado Decq Mota, está muito interessante, só que o tempo é escasso. O PSD neste momento tem 24 segundos e tem duas inscrições.

Deputada Berta Cabral (PSD): Eu prescindo, porque o Sr. Presidente do Governo recuou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vinte e quatro segundos para repetir o que já disse.

O PSD não fingiu, apresentou propostas. O PS fingiu que gostava que nós apresentássemos propostas e na verdade chumbou as propostas, como sempre faz.

Quanto ao resto da oposição e do tempo, o que fica registado é que V. Exa. pensará que um dia eu serei presidente do Governo, o resto o povo vai dizer quando.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não vai ser preciso esperar 20 anos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É para dizer apenas o seguinte:

Enquanto eu cá estive, nos tempos da oposição, nunca tive a sorte de ter o tempo que os partidos da oposição tinham para falar, nem o respeito do Presidente do Governo de não me contraditar depois de esgotado o meu tempo. Felizmente agora já não será assim.

Além disso eu estive aqui tanto tempo, e ainda tenciono estar mais algum, que não terei, infelizmente, a felicidade de o ver ser Presidente do Governo, porque quando o Sr. for eu já não estarei cá.

(Risos da bancada do PS)

Deputado Berta Cabral (PSD): Vai morrer cedo. Não lhe desejamos isso.

Ficar aí muito tempo, não, mas fique vivo e que seja por muito tempo!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções sobre esta Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, e foi nesse âmbito que se verificou este debate, vamos votar esta Proposta de Alteração, do PSD, para o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos pôr agora à votação o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 28 tal como está, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 29, para o qual há uma Proposta de Alteração, apresentada pelo Partido Socialista

Não há intervenções, vamos votar esta Proposta de Alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 29 com a proposta aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 29, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 30, para o qual não existe nenhuma alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 30, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 31, para o qual existe uma Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.

Não havendo intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Alteração para o Programa 31, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 17 votos a favor do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 31.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 32, para o qual não existe nenhuma Proposta de Alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 32, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 33, para o qual existem duas Propostas de Alteração, sendo uma do PS e outra do PSD.

Estão à discussão estas Propostas de Alteração.

Não há intervenções, vamos votar. Votaremos em primeiro lugar a Proposta de Alteração do PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, do PS, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção de PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Srs. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos, naturalmente, a nossa proposta porque ela tem em vista a atribuição de uma verba para reabilitação de estradas na ilha das Flores que consideramos bastante importante.

Por outro lado também visa a abertura de uma nova acção no Projecto - sismo para as bonificações e apoios aos sinistrados

Presidente: Passamos agora à votação da Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, para o Programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, do PSD, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção de PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 33 com a alteração introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à Votação Final Global do Plano a Médio Prazo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano a Médio Prazo para 2001/2004, em Votação Final Global, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do PP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Passamos de seguida à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional para 2001.

(Pausa)

Srs. Deputados, depois desta pequena Conferência de Líderes que houve aqui, vamos fazer a votação em bloco de alguns artigos, uma vez que o debate está feito e de alguma forma também a aprovação do Plano de 2001, uma vez que ele se engloba no PMP.

Eu chamava a atenção das Direcções dos Grupos Parlamentares para verificarem com cuidado a votação que vai seguir-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Grupo Parlamentar do PS requeria a contagem dos tempos, por favor.

Presidente: O Sr. Secretário faça o favor de divulgar os tempos.

Secretário: Eu tive que mudar a metodologia de contagem dos tempos nesta última fase dos nossos trabalhos por razões óbvias, pelo menos para as pessoas que estão a controlar os tempos.

Os tempos disponíveis são os seguintes:

PS – 17 minutos e 6 segundos

PSD - Já não dispõe de tempo

PP – 4 minutos e 40 segundos

PCP – 9 minutos e 24 segundos

Governo – 74 minutos.

Presidente: Eu pergunto, e para isso estava a chamar a vossa atenção, se posso pôr à votação em bloco os Programas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 25, 27, 28, 30 e 31.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se eu bem percebi, vamos passar a votar Programas que, salvo melhor interpretação, já foram votados. Esses Programas que acabou de enunciar, em relação aos seus Projectos eles constam, tal e qual, no Plano que acabámos de aprovar.

Eu pergunto, que vantagem é que há, e se demonstrarem que há eu aceitarei, em repetir novamente esta votação sobre os mesmos Programas e sobre os Projectos?

Se for essa a interpretação, pergunto se não seria mais razoável não repetir esta votação e apenas fazer a votação em relação aos Programas para os quais haja alteração para 2001? É esta a questão que eu deixo à Assembleia e à Mesa.

Presidente: Foi exactamente esse problema que foi aqui debatido. Entretanto há pelo menos uma proposta de alteração do PCP, entrada na Mesa, em relação a um Programa e em relação a este Plano de 2001.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, eu penso que o documento tem que ser votado na generalidade.

Não pode ser doutra maneira, porque a votação na especialidade foi antecipada, com excepção desta proposta de alteração e depois tem de haver votação final global. Portanto, penso que é imprescindível.

Presidente: Eu também me parece isso, conforme já tinha anunciado.

Vamos votar na generalidade o Plano para 2001.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 2001 foi aprovado na generalidade com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Reputo esta votação e esta declaração de voto importante que com ela queremos sinalizar uma actuação.

Nós, mediante um processo que foi de diálogo, fizemos uma aproximação a posições do Governo. Dialogámos e vimos algumas posições nossas efectivamente aceites.

Conseguimos no grau que foi possível, influenciar alguma coisa.

O quadriénio tem 4 anos e esta posição de abstenção no Plano Anual deste ano mostra que vamos estar, ano por ano, plano por plano, orçamento por orçamento, sempre abertos ao diálogo; vamos estar, de facto, atentos à situação e à evolução.

Em relação ao Plano deste ano, concretamente, no nosso diálogo não houve intenção nem possibilidade de procurar influenciar muito, porque estava tudo muito pré-determinado.

Fica assim sinalizado que a posição de diálogo do PCP, em relação a este tipo de problemas, terá permanentemente a sua actualização. Não a hostilizamos, mas nem sempre podemos concordar.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos agora votar a Proposta de Alteração ao Programa 22, apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 22 com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passemos agora à Votação Final Global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa o Plano para 2001 foi aprovada, em Votação Final Global, com 29 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar agora à votação, na generalidade, do Orçamento da Região para o ano de 2001.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento da Região para 2001, foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, temos aqui presente uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, relativa ao Mapa II.

Está à discussão o artigo 1º.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, penso que seria de votar primeiro a alteração proposta pelo PSD e depois pôr à votação o artigo 1º., com ou sem a alteração, consoante a votação da proposta.

Presidente: A sua interpelação tem todo o sentido, porque é no artigo 1º. que se inclui o Mapa II.

Se nós considerarmos na votação dos artigos que estão incluídos os Mapas já não se fará depois a votação em separado, o que me parece útil.

Portanto, sendo assim, este Mapa II, onde se propõe uma alteração do PSD, diz respeito ao artigo 1º. Está aberto o debate sobre esta Proposta de Alteração.

Não havendo intervenções, vamos votar esta Proposta de Alteração ao artigo 1º., Mapa II, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade e vamos votar o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 2º. está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 3º.

Parece não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 4º.

Parecendo não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos a favor do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 5º.

Parecendo não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 6º. Está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 7º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 8º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 9º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 10º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 11º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para interpelar a Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que quando há alterações a um decreto e depois tem vários artigos desse mesmo decreto que são alterados, não há problema nenhum porque nós votamos os dois a favor e, portanto, pode ficar assim, mas agradecia que tivesse em atenção porque há artigos que são alterados e podemos concordar com algumas alterações e outras não.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Isto seria a mesma coisa que admitir que dentro dum corpo dum artigo, não havendo mais direitos, mas que fixe matérias diferentes, seria possível votar só contra umas ou contra outras. A questão que se coloca é que está à votação aquele artigo e concorda-se e vota-se a favor ou discorda-se e vota-se contra e não se entra na discussão do corpo do artigo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pela primeira vez, por força da adaptação fiscal, podemos fazer este tipo de alterações. Na Assembleia da República isso acontece todos os anos e é óbvio que os artigos não são votados em bloco. Não podem ser.

Se repararem, o Orçamento de Estado tem inúmeros artigos alterados por força dum único artigo. É disto que aqui se trata.

Como eu disse, não tem problema nenhum porque votamos a favor das duas alterações, mas é um precedente que se tem que ter em conta nas próximas votações.

Presidente: Portanto, a Mesa talvez não tenha compreendido bem. Significa isso que votando o artigo 11º, estamos a aceitar, implicitamente, os artigos 12º. e 13º..

Agradecia que explicassem melhor, porque ainda não percebi.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ao votarmos o artigo 11º, estamos só a votar o artigo 11º. A questão colocada pela Sra. Deputada Berta Cabral é em relação ao teor do artigo 11º e a influência que ele tem ao nível de outra legislação, mas parece que esse problema está ultrapassado e estamos todos de acordo.

Presidente: Vamos votar o artigo 12º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 12º., por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 12º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 13º, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 13º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 14º., por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 15º.

Vou pôr à votação o artigo 15º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 15º., por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 15º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP, e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 16º.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma intervenção sobre este artigo.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É apenas para realçar um aspecto.

Nós vamo-nos abster neste artigo em função do seu ponto 1, porque nós defendemos aqui, ao longo destes meses, uma actualização diferente do complemento de pensão e da remuneração complementar.

O ponto 2 trata dum conjunto de beneficiação, digamos assim, desta legislação. O Governo assumiu já o compromisso de que iria verter para a legislação comum.

Por que o ponto 1 contraria a nossa linha de orientação política, vamo-nos abster e esperamos para, quando o conteúdo do ponto 2 for vertido para a legislação comum, nessa altura então votarmos a favor dessa parte.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre este artigo 16º., vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 16º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP, e 1 abstenção do PP.

(Pausa)

Presidente: Eu sei por que é que estou parado e espero ser esclarecido sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Eu percebi que o Sr. Presidente estava com alguma dificuldade, mas nós votamos favoravelmente todos os artigos e por isso não tem problema nenhum.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nesta situação concreta realmente é um bocadinho diferente daquilo que falávamos anteriormente do artigo 11º. E, portanto, aqui justifica-se integralmente a opinião da Deputada Berta Cabral.

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 17º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 17º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 18º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 19º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trata-se duma questão que sendo pequena é importante realçar.

É positivo que o Governo tenha acolhido a sugestão, que sei que foi feita por vários parceiros sociais, no sentido de modificar, alargar um pouco, melhorar não só a orgânica de planeamento, mas modificar o prazo das audições por forma a que este trabalho possa ser feito doutra maneira.

Portanto, não queria deixar de frisar a nossa especial concordância com este aspecto particular.

Presidente: Há aqui uma proposta de aditamento com a designação de artigo 19º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por várias vezes e inclusivamente no decorrer dos debates do Plano e Orçamento temos referido alguns problemas existentes com os caminhos agrícolas, com os caminhos rurais desta Região. Há um conjunto de questões relativamente a esta matéria que nós consideramos que têm que ser

esclarecidas e tem que se saber quem são os donos de alguns caminhos nalgumas ilhas da Região. Por isso mesmo é que nós propomos que seja feito durante este ano um plano de recuperação destes caminhos, como estão, do estado actual deles, etc..

Pensamos que é fundamental saber-se em que condições estão e o que é necessário fazer-se em relação aos caminhos agrícolas e aos caminhos rurais desta Região.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vou pôr à votação a Proposta de Aditamento de um artigo 19º-A, apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Aditamento foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do artigo 20º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 20º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global do Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento Regional para 2001, foi aprovada, em votação final global, com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 19 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 40 minutos)

Vamos entrar no último ponto da nossa ordem de trabalhos, que é a **Ante-Proposta de Lei – Autorização para a contratação de empréstimos externos para a Região Autónoma dos Açores**. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento para apresentação do diploma.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Trata-se de uma Ante-Proposta de Lei que visa obter autorização desta Assembleia e posteriormente da Assembleia da República, para que o Governo possa recorrer ao mercado externo para obter financiamentos.

Portanto, trata-se da abertura de mais um leque de possibilidades para o Governo optar, no sentido de obter para a Região melhores condições na obtenção de créditos no mercado externo.

A experiência tem demonstrado que assim sucede e nesta ordem de ideias, e uma vez que no corrente ano nós podemos fazer uma operação que já tem um determinado montante que justifique o recurso ao mercado externo, mais precisamente 18.190 mil contos, nós pretendemos que esta Assembleia aprove essa Ante-Proposta de Lei para ser posteriormente enviada para a Assembleia da República, no sentido do Governo poder financiar-se em melhores condições de taxas de juro e, eventualmente, de prazos. É tão simples quanto isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Acabámos de aprovar, e o PSD aprovou em grande parte, dos 21 artigos do Orçamento para 2001. Entre eles figura o artigo 4º. que determina exactamente as condições gerais dos empréstimos.

Esta Ante-Proposta de Lei que prevê a contratação de empréstimo externo enquadra-se exactamente nos termos e nas condições fixadas no artigo 4º, artigo com o qual concordámos, artigo que votámos a favor e, portanto, a nossa aprovação também a esta Ante-Proposta de Lei.
Muito obrigado.

Presidente: Parece não haver mais intervenções, vamos votar na generalidade o diploma.
Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Ante-Proposta de Lei foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à especialidade.

Está à discussão o artigo 1º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 2º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global da Ante-Proposta de Lei – Autorização para a contracção de empréstimos externos da Região Autónoma dos Açores.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Ante-Proposta de Lei foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, finalmente a Mesa apresenta a seguinte Proposta de Resolução:

A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Abril.

Vou pôr à votação esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito boa noite e obrigado.

Boa viagem até às vossas casas.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Cabral **Bolieiro** **Dias**

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*